

MARCIA BRATKOSWKI KOSSMANN

**O PROCESSO DISCURSIVO ANAFÓRICO EM
REDAÇÕES DE VESTIBULAR**

**Pelotas
2005**

MARCIA BRATKOSWKI KOSSMANN

**O PROCESSO DISCURSIVO ANAFÓRICO EM
REDAÇÕES DE VESTIBULAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Lingüística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dra. Aracy Ernst

**Pelotas
2005**

Para minha mãe, pela coragem e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo. A alguns, desejo, no entanto, agradecer de forma especial:

– a minha família pela força nas horas de desânimo;

– aos meus colegas da Escola Cândido José de Godói, especialmente aos professores: Armando Poletto (diretor) , a Iara Marques e Sandro Passos (vices) e a Mara Agostini;

– aos colegas do mestrado, em particular, Lia Joan Nelson Pachalski, pela amizade e otimismo;

– aos professores do mestrado, em especial, à professora Carmem, pelo tempo, pela lição do que realmente significa cooperar;

– à professora Aracy Ernst, pela compreensão, pelo rigor e pela orientação.

RESUMO

A presente dissertação reflete sobre os processos anafóricos por nominalização a partir da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa. O corpus constitui-se de seqüências discursivas identificadas a partir de redações dissertativas elaboradas por alunos no vestibular de inverno de um centro universitário localizado na grande Porto-alegre. A pesquisa parte do pressuposto de que por se tratar de um tipo de texto dissertativo, baseado na argumentação, há a possibilidade de se verificar, através desses tipos de anáforas, posições- sujeito que não se submetam ao poder institucional universitário, produzindo-se novos sentidos mesmo num tipo de discurso autoritário. Para isso, focalizam-se as posições- sujeito identificadas na análise da ironia da proposta dissertativa que acompanha o tema da redação, indicando os saberes constitutivos da memória do dizer. Esses saberes, no segundo momento, serão investigados nos processos anafóricos por nominalização nas redações dos alunos, à medida que através desses empregos lingüísticos procura-se observar posições- sujeito que provoquem rupturas com o discurso institucional. Embora essa possibilidade tenha se confirmado ao longo das análises, não se pode desconsiderar a força da coerção do discurso institucional, tendo em vista a manifestação das posições- sujeito vinculadas a esse tipo de discurso.

ABSTRACT

This research aims at reflecting on the anaphoric nominative processes based on the french Discourse Analysis perspective. The corpus presents discursive sequences identified in dissertations written by students taking the 1999 winter college entrance examinations of Unilasalle. The investigation is based on the assumption that, because it is a dissertation text, it is possible to verify, through these types of anaphora, subject positions that do not submit to the institutional power of the university, producing new meanings even in a specific authoritarian discourse. For this, the focus will be on the subject positions invested in these anaphoric nominative processes, in an attempt to investigate the possibility of a rupture in the institutional discourse. Even though this possibility has confirmed itself during the analysis, the coercion of the institutional discourse cannot be disregarded, considering the manifestation of the subject positions connected to this type of discourse.

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
INTRODUÇÃO	8
1 ANÁLISE DO DISCURSO	11
1.1. Um novo objeto teórico	11
1.2. A dupla fundação	13
1.3. Uma nova concepção de discurso	15
1.4. Análise automática do discurso (aad69)	17
1.5. AD (75): apresentação do quadro epistemológico	23
1.5.1 <i>A ideologia e o discurso</i>	24
1.5.2 <i>As concepções de interdiscurso e intradiscurso</i>	28
1.5.3 <i>O esquecimento e a sobredeterminação ideológica</i>	29
1.6. AD: uma (des)construção necessária	33
2 O DISCURSO PEDAGÓGICO	40
3 ANÁFORA	44
3.1. Anáfora e a perspectiva tradicional	44
3.2. Anáfora e a perspectiva da lingüística textual	45
3.2.1 <i>Anáfora e uma categoria referencial coesiva</i>	45
3.2.2 <i>Anáfora e uma concepção pragmática</i>	48
3.2.3 <i>Anáfora e o caráter argumentativo</i>	60
3.3. Anáfora e a perspectiva enunciativa	62
3.4. Anáfora e a perspectiva discursiva	65
4 IRONIA	69
4.1. A ironia e a perspectiva enunciativa	69
4.2. A ironia e a perspectiva discursiva	75

5. PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS	82
6 ANÁLISES	89
6.1 Análise da proposta dissertativa	89
6.2 Análise dos processos de nominalização anafórica	98
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXOS	116
1 - Proposta de redação	
2 - Textos dos alunos	

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é observar, através do funcionamento da nominalização anafórica em redações do concurso vestibular de um centro universitário da **grande** Porto Alegre, posições-sujeito vinculadas a saberes que constituem diferentes formações discursivas, procurando verificar como ocorrem os movimentos de sentido nesse espaço institucional.

Em razão da perspectiva teórica aqui assumida - a da Análise de Discurso na tradição de Michel Pêcheux - foram formuladas as questões que norteiam este estudo: que posições-sujeito estão envolvidas no emprego dos anafóricos, especificamente nas retomadas por nominalização? A que formações discursivas encontram-se vinculadas? Que tipo de relação é estabelecida - de confronto ou aliança - com o discurso pedagógico e que está representado na proposta de dissertação do vestibular ?

A fim de responder a tais questões, organizou-se o estudo em seis capítulos. O primeiro trata das circunstâncias que fundaram um novo objeto teórico no âmbito dos estudos lingüísticos, o discurso, e discorre sobre conceitos básicos da disciplina que amparam a relação linguagem e ideologia, e tece considerações acerca daquilo que se denomina “as três fases da Análise de Discurso - AD”.

O segundo capítulo apresenta uma reflexão sobre o discurso pedagógico, pois o *corpus* a ser analisado constitui-se de seqüências discursivas de referência, recortadas de

textos produzidos por alunos, candidatos ao ingresso na universidade. Parte-se do pressuposto de que há um efeito de circularidade nessas produções, oriundo do fato de que somente a voz do professor tem legitimidade institucional e cabe ao aluno (com)formar-se e submeter-se a esse discurso autoritário.

O terceiro capítulo destina-se à apresentação de diferentes conceitos de anáfora. Parte-se da perspectiva tradicional, vinculada às figuras de linguagem, passando pelos estudos da Lingüística Textual a ela relacionados, principalmente os desenvolvidos por Koch (1993) e Apothéloz (1995), cujas abordagens utilizam critérios de ordem sociocognitiva. Também focaliza a área da enunciação, com Guimarães (1995), para, finalmente, abordar o trabalho de Indursky (1997) que, na área da Análise de Discurso de linha francesa, questiona o estatuto dado à anáfora pela Lingüística Textual em termos de correferencialidade semântica.

O quarto capítulo discorre sobre a ironia. Isso se justifica em razão de sua presença no texto apresentado no concurso vestibular que serviu de mote para a elaboração das redações analisadas. Os estudos de Brait (1996) e Orlandi (1986) fundamentam este capítulo. Brait, na perspectiva enunciativa, contesta a concepção tradicional de ironia baseada na contradição entre o sentido literal e sentido figurado e propõe uma interpretação com base na noção bakhtineana de polifonia: a ironia seria explicada como a contradição de diferentes vozes que nela se fazem presentes. Orlandi, por sua vez, descreve a ambigüidade resultante do processo discursivo que rompe com o saber de uma formação discursiva ao mesmo tempo que o confirma, instaurando a dúvida, a incerteza do discurso.

O quinto capítulo apresenta a metodologia, destacando os procedimentos analíticos sobre os quais se realizaram as análises. Esses procedimentos pretendem alcançar dois objetivos: a identificação das formações discursivas em jogo e o reconhecimento da dominante na proposta dissertativa da prova do vestibular e nas produções formuladas pelos

alunos, a fim de verificar até que ponto as retomadas anafóricas, presentes nessas produções, acompanharam o movimento de sentido engendrado pelo funcionamento da ironia no texto da proposta dissertativa. Esses procedimentos e objetivos respaldaram as análises apresentadas no quinto capítulo.

Por fim, no sexto capítulo, apresentam-se as conclusões derivadas a partir das análises, buscando-se demonstrar que, embora exista um movimento parafrástico muito forte nas produções escritas elaboradas no espaço institucional observado, deve-se, também, considerar a possibilidade de deslizamentos de sentidos que podem apontar para dizeres outros que não os permitidos pelo discurso pedagógico autoritário. É o que determinados funcionamentos anafóricos no *corpus* analisado, apesar de raros, parecem indicar.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 ANÁLISE DE DISCURSO

1.1 Novo objeto teórico

As inquietações daquele momento histórico, vivenciadas por Michel Pêcheux e seus companheiros nas décadas de sessenta/setenta, na França, sem dúvida, contribuíram para que fosse introduzido um novo objeto teórico nos estudos sobre a linguagem. A partir da perspectiva francesa, o discurso contempla aspectos de uma exterioridade sociohistórica e através desse viés teórico, a questão semântica, até então excluída dos estudos lingüísticos.

Esse pressuposto causa uma ruptura com a Lingüística, tendo em vista que o caráter sociohistórico do discurso instaura a contradição¹ entre os sujeitos, durante a sua interlocução, na produção dos efeitos de sentidos na linguagem. Há uma mudança de perspectiva teórica, porque os fundamentos da ciência lingüística estão centrados no formalismo e/ou subjetivismo de caráter psicológico.

Pêcheux questiona os pressupostos das diferentes tendências existentes na ciência lingüística, por se basearem no formalismo ou no psicologismo individualista que expurgam a exterioridade sociohistórica. Michel Pêcheux ao realizar esse questionamento

¹A noção de “contradição” está relacionada aos diferentes saberes que constituem a natureza complexa do “Interdiscurso”, demarcando as fronteiras das FD(s) cujos mecanismos determinam os sentidos dos enunciados.

não situa a AD uma quarta tendência, mas especifica o seu objeto a partir da contradição entre as três tendências e as relações de forças existentes entre elas. Pêcheux diz que

distingue três tendências na Lingüística atual: 1 - a formalista- logicista (organizada em torno da escola chomskyana); 2 - tendência histórica (teorias da variação geo, etno, socio-lingüista) e a tendência lingüística da fala (ou da enunciação, ou da mensagem, ou do texto, ou do “discurso”). Que desemboca em uma lingüística do estilo como desvio e sobre uma lingüística do diálogo como um jogo de confrontos. Consta ainda Pêcheux que há relações de força entre essas três tendências, havendo claramente a dominância da primeira sobre as outras duas o que se reflete conseqüentemente nas diferentes metodologias (PÊCHEUX apud ORLANDI, 1986, p. 106).

A AD explora também a contradição de outras ciências, entre as quais a Psicologia Social que se limita a dados estatísticos, procurando o caráter científico, a universalidade de um sujeito, desconsiderando os aspectos do contexto sociohistórico de seus pressupostos teóricos.

A finalidade da Análise de Discurso sempre foi a de discutir determinada noção de sujeito e de sentido na/da linguagem que sustenta os fundamentos das ciências humanas e sociais as quais recortam a realidade, não tratando o trabalho de interpretação investido na linguagem através da ideologia.

Por isso, segundo Orlandi (1996), a “AD se constitui uma disciplina de “entremeio”, pois seu objeto conta com a contradição das ciências que separam a linguagem da exterioridade. A AD critica o caráter absoluto da língua² em relação à exterioridade ideológica bem como uma exterioridade livre de qualquer determinação ideológica. Portanto, a AD não tem um caráter “interdisciplinar”, por se constituir no “entremeio”,

²A língua não apresenta uma autonomia absoluta, mas sim relativa, tendo em vista que o caráter ideológico constitui o seu sentido. É fundador de sua representatividade. Por isso, através da língua, é possível determinar a contradição das ciências em geral, porque, ao desconsiderarem a exterioridade ideológica, acreditam na unicidade do sujeito e na transparência do sentido, defendendo uma neutralidade científica que decididamente não existe. Segundo Orlandi (1986, p. 109), “a autonomia da língua é apenas relativa, produto da contradição; não absoluta como para o lingüista.”

contando com uma relação intrínseca entre a exterioridade ideológica a linguagem e vice-versa. De acordo com Orlandi:

a AD [...] vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (1996, p. 25).

Há, assim, na constituição desse objeto teórico denominado “discurso”, uma nova concepção de linguagem. Como não nega a “contradição”, discutindo os pressupostos teóricos das ciências humanas e sociais, Michel Pêcheux, a partir de suas críticas, explica a linguagem em razão de uma materialidade sociohistórica, instaurando o aspecto semântico, restrito, na ciência lingüística, ao formalismo ou ao subjetivismo individual, psicologizante. Na Psicologia Social, a crítica se direciona à neutralidade científica do sujeito, inexistente para os parâmetros da AD. Considera-se a presença da ideologia também no âmbito da ciência. Negar a realidade material da linguagem é desconsiderar que subjaz, a todo o processo de representação, uma ideologia cuja sobredeterminação não se manifesta igualmente entre os indivíduos num mesmo contexto político/social.

1.2 Dupla fundação

Engajados nos ideais marxistas, Pêcheux e seus contemporâneos, mais precisamente Jean Dubois, contribuíram, decisivamente, para que a AD se constituísse. Embora realizassem trajetórias diferentes, ambos foram responsáveis pelo surgimento de uma nova disciplina: Análise do Discurso. Procuraram, mediante a ciência lingüística, tratar a questão política na constituição dos enunciados (“discursos”), tendo como ponto de partida, o estudo de Z. Harris³, publicado na *Langages*, em 1969, sob o título “Discourse Analyses”.

³O trabalho do lingüista behaviorista, americano Zellig S. Harris, “*Discourse Analysis*” (1952), publicado, posteriormente, na revista *Langages*, n. 13, 1969, inspirou Pêcheux (AAD69) a criar procedimentos que

Havia, na década de sessenta, na França, uma conjuntura intelectual e política propícia para o surgimento dessa disciplina e para explicar o sentido da linguagem contando com uma exterioridade sociohistórica, rompendo-se com a prática de explicação dos textos literários de caráter conteudista (subjetivo): “o que o autor quis dizer com esse texto?”, “O que esse texto significa?”, tanto Dubois quanto Pêcheux tratam a questão da análise do discurso como um “modo de leitura” dos textos políticos⁴, questionando as práticas do comentário literário.

No entanto, para Dubois as análises vão se constituir na passagem do estudo das palavras (lexicologia) para os enunciados (discursos), ocorrendo num “continuum”. Isso não se verifica em Pêcheux, mais comprometido com o questionamento epistemológico das ciências humanas, fazendo com que a AD, desde sempre, fosse uma disciplina de crítica à ideologia dominante das ciências humanas.

Não seria possível considerar, em razão disso, o enunciado (o discurso) como um nível além daqueles que já compõem o campo da Linguística. Considerada uma disciplina de entremeio, a AD vai explorar esse campo minando as concepções de linguagem produzidas em razão da separação língua e fala: uma delas é tratar o texto somente sob a perspectiva da informação, porque, desde seu primeiro estudo, a “Análise Automática do Discurso”(1969), Pêcheux preocupou-se com a concepção de leitura que não se reduziria a uma prática literária nem tampouco a um trabalho de interpretação baseada em uma neutralidade

contribuiriam para o surgimento dos processos de deslinearização de seqüências discursivas. O autor, através do método distribucionalista, visava à análise linguística para além dos limites de uma só frase que constituíam os trabalhos linguísticos daquele período, contaminados pelos ideais gerativistas. Seu trabalho juntamente com o de Benveniste (1976) influenciariam as bases teóricas da AD. Havia, por parte de Pêcheux, uma tentativa de explicar o sentido dos textos longe de uma individualidade subjetiva e, por isso, a repercussão desse linguista americano, num primeiro momento.

⁴Como unidade de análise, o texto, sob a ótica da AD francesa, não é considerado em seu aspecto extensional, quantitativo, (número de frases, parágrafos) mas qualitativo. Sua natureza está ligada à questão ideológica, apontando um determinado sentido dos enunciados. A análise do texto tampouco se justificará através de perguntas o que o autor quis dizer, o que este texto significa; qual a influência do contexto no sentido do texto, restringindo o seu sentido à sua imanência. “[...] um olhar sobre o texto, do ponto de vista de sua estruturação em língua faz dele um enunciado e o estudo linguístico de suas “condições de produção” faz dele um discurso”(GUESPIN apud ORLANDI, 1986, p. 115).

subjetiva, herdeira de uma concepção científica que possibilita considerar o texto, exclusivamente, em função de sua informatividade.

1.3 Nova concepção de discurso

Pêcheux, em seu primeiro estudo, apresenta as noções de “processo discursivo” e “condições de produção” - CP(s). As CP(s), mesmo atreladas a um contexto situacional, indicam a nova forma de investigação dos sentidos dos enunciados, introduzindo o discurso e as mudanças na forma de concebê-lo. Segundo o autor, “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, uma como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...] (1993, p.79). Para essa concepção de discurso estão implicados os conceitos de processo discursivo e condições de produção.

Como não havia na AAD69 ainda um estatuto teórico específico da AD, a questão do processo discursivo para Pêcheux estaria relacionado a um modelo cujo pressuposto era considerar variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) sob uma base invariante (sintaxe) inseridas no contexto situacional dos falantes. Portanto, o discurso era uma “seqüência sintaticamente correta” pertencente a esta ou aquela posição política dentro de determinado quadro situacional.

O “processo discursivo”, até então, se constituía em razão de uma “máquina discursiva”, ao se considerar, para fins de interpretar o sentido dos enunciados, duas posições políticas ideológicas, refletindo os conflitos das classes sociais. De caráter fundamentalmente interpretativo, a disciplina AD contou, desde sempre, com a questão da exterioridade ideológica que, se no início se definiu a partir da questão política, isso não se verifica ao longo do desenvolvimento da teoria.

Pêcheux tendo em vista a noção, ainda que precária, sobre o “discurso”, introduz uma nova forma de concebê-lo que não está relacionada à visão conteudista, subjetivista e nem tampouco à exclusivamente informativa, pois para interpretar os enunciados há, também, a preocupação com a questão ideológica. Apesar de insuficiente, a noção de discurso, por ainda estar ligada à sintaxe e aos efeitos de um contexto de comunicação entre os falantes, contém, sem dúvida, uma nova forma de se interpretar os sentidos dos enunciados, sendo decisivo, portanto, esse momento histórico da AD. Os processos discursivos relacionados às “máquinas discursivas” contribuem para que o autor consiga tratar, em estudos posteriores, não somente o sentido, mas também o sujeito.

Centradas em dois tipos de discursos homogêneos, criticados posteriormente, considerando-se a relevância dos estudos sobre heterogeneidade discursiva, as “máquinas discursivas”, processos discursivos da época, fundamentam os estudos da Análise Automática do Discurso - AAD69. Assim, o trabalho do analista começa a se definir da seguinte maneira:

a análise do discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégia de um sujeito (o desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico (MAINGUENEAU, 1989, p. 11).

A concepção de discurso esteve, primeiramente, relacionada ao método de Harris, marco inicial da AD de linha francesa, possibilitando tratar a questão do político à interpretação dos enunciados. A AD é, por isso, considerada disciplina crítica da linguagem e não descritiva, nem explicativa como o foram, respectivamente, o Estruturalismo e o Gerativismo.

Mesmo havendo diferenças em seus projetos de análises, Dubois e Pêcheux contribuíram para que lingüistas e pesquisadores das ciências humanas e sociais passassem a

considerar a importância da AD para o momento político vivido por todos à época. Os autores observaram o político na linguagem e lançaram as bases para se tratar a questão ideológica e, em consequência, a questão semântica. Livres de um “a-historicismo” característico da Lingüística, centrados em torno dos ideais da Gramática Gerativa cujo pressuposto teórico firmava-se em função da idealização subjetiva (neutralidade), os estudos semânticos também não se centralizariam na explicação de textos de caráter, fundamentalmente, subjetivo.

Em razão de uma proposta ideológica se difundiram os conceitos de “condições de produção” e de “processo discursivo”⁵, determinantes nas análises ao longo do desenvolvimento da teoria. Apesar de restritos ao contexto comunicativo, sem privilegiar os aspectos enunciativos e a sintaxe estar implicada na definição do discurso, a AD de linha francesa “pegou” e se tornou disciplina, diferente, porém, de uma AD de linha americana, a qual não se preocupa com as questões da materialidade na linguagem de caráter sociohistórico. A partir desses conceitos introduziu-se o que por muito tempo se denominou de “máquinas discursivas”.

1.4 Análise automática do discurso AAD69

Se no período que antecedeu Pêcheux a realidade inicial dos estudos das análises esteve restrita a um “conteudismo” relativo à interpretação de textos, esse fato, definitivamente, não se comprova com o surgimento das “máquinas discursivas” propostas

[A1] Comentário: Isso não está correto.

⁵O “processo discursivo”, na AAD 69, é o responsáveis pelos “domínios semânticos”. Também constituirão, na AD 75, as “famílias parafrásticas” determinantes na constituição dos enunciados. Através deles será possível falar sobre a ilusão que o sujeito tem de considerar-se a fonte do sentido quando, na verdade, tudo não passa de um efeito ideológico. O sujeito e, por consequência, o sentido. Na AD se fala em efeito sujeito e efeito sentido. Tal concepção de processo é tributária dos estudos de Harris (1952), tendo em vista a natureza de suas análises que não eram nem lingüísticas e nem lógicas (semânticas), mas dele se distancia na medida em que as FD(s) não se constituem de blocos homogêneos produtores dos sentidos dos enunciados. Ele foi decisivo para destacar a noção de paráfrase discursiva que não recobre nem uma noção lingüística e nem uma noção lógica. Ele forneceu um elemento para alimentar a mudança de terreno” (MALDIDIER, 2003, p. 40).

por Michel Pêcheux, em 1969, cuja intenção foi a de considerar o discurso pelo viés da exterioridade sociohistórico não centrada, em razão de uma prática literária, nem tampouco àquela ao redor da informatividade, baseando-se na transparência do sentido da linguagem.

Em razão dos conceitos de “processos discursivos” e “condições de produção”,⁶ Pêcheux propõe “uma mudança de terreno” no campo da linguagem e dar condições para o surgimento de um novo objeto: o discurso. Conforme já se relatou, o processo discursivo determinante do sentido dos enunciados se fazia em torno de modelos, “máquinas discursivas”, restritos a duas diferentes posições ideológicas, embora, naquela época, o processo discursivo não se apresentasse explicitamente na AAD69.

Pêcheux, ao criticar a concepção de sentido para os enunciados, reivindica, em verdade, um “nível intermediário entre o individual e o universal” que, mais tarde, se constitui nas formações ideológicas, as quais junto às formações discursivas, determinam, no discurso dos falantes, o efeito de sentido e o efeito de sujeito, caracterizando-os em função de uma identidade sociohistórica. O discurso, na AAD69, era uma seqüência sintaticamente completa proferida em determinada situação comunicativa cujo sentido refletia “um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais derivadas da estrutura política/ideológica correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada (PÊCHEUX, 1993, p.77).

Pêcheux, para tratar o discurso dessa maneira, baseou-se na crítica às explicações dos estudos pós-saussureanos que, em função de um sistema lingüístico, procuraram resgatar o sentido dos enunciados, não se libertando da circularidade imposta pela estrutura da língua e limitando o estudo do discurso. O autor desconsiderou, portanto, a concepção de liberdade do falante em que acreditavam os herdeiros de uma concepção pós-saussureana. Nessa concepção, os enunciados não estariam sujeitos às coerções do sistema da mesma forma que

⁶Segundo Orlandi (1999, p. 31), "a condição de produção compreendem, fundamentalmente, os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção dos discursos. A maneira como é acionada é determinante para entendermos o conceito de condições de produção (CP)".

estariam os fonemas. E dessa maneira, esses herdeiros refletiam sobre a possibilidade de incluir o sentido na linguagem rejeitado pelos pressupostos dicotômicos de Saussure.

[...] tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um caminho da liberdade humana [...]. (PÊCHEUX, 1993, p. 71).

Pêcheux discorda que a língua esteja livre de qualquer influência do sujeito e também do caráter criativo defendido pelos gerativistas ao introduzirem os conceitos de “competência” e “performance”. Mesmo com tal pressuposto operar um deslocamento nos estudos lingüísticos, de uma concepção estruturalista (descritiva) para outra, a gerativista (explicativa) é insuficiente tratar a exterioridade em torno de um sujeito idealizado (“neutralizado”) que produz, em razão de um conjunto de regras internalizadas, somente enunciados gramaticais, justificando-se, desse modo, o caráter criativo da linguagem.

É necessário, segundo o autor, relacionar os enunciados a um “mecanismo discursivo”: máquinas discursivas que os consideraria, embora não explicitamente, em função do antagonismo existente entre duas posições ideológicas. Explicar os sentidos dos enunciados a partir das máquinas discursivas, garantia o seu funcionamento em determinado contexto comunicativo. Essa foi a maneira de falar sobre aquilo que vai se constituir, mais tarde, um dos pontos principais da teoria da AD: a questão das “famílias parafrásticas”⁷ relacionadas à identidade sociohistórica determinante do sentido e do sujeito. Segundo Pêcheux, os fenômenos que pertenceriam ao “alto de uma escala” constituída de fonemas, morfemas, frases e enunciados, demarcando a liberdade do sujeito defendida pelos estudos pós-saussureanos, necessitavam se deslocar da perspectiva teórica para mudar de terreno, fazendo intervir conceitos exteriores à região da lingüística atual.

⁷“Famílias parafrásticas” se referem ao sentido dos enunciados à medida que junto de outros constituem uma seqüência pertencente a determinada formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito numa formação ideológica.

E em razão “dessas máquinas”, Pêcheux lança as bases de sua crítica a essa “liberdade do sujeito” que estaria pressuposta na relação dicotômica “língua/fala”. Ao opor-se à concepção de sujeito livre das coerções do sistema lingüístico, Pêcheux, em 1975, vai tratar de uma subjetividade, de caráter psicanalítico, tendo em vista que os falantes revelam inconscientemente, através de suas enunciações, durante o processo de interlocução, saberes que o sobredeterminam ideologicamente, procurando explicar de que maneira, através da contradição, instaura-se o sentido do discurso relacionado ao contexto sociohistórico.

A ideologia é o nível intermediário entre o individual e o universal já anunciado na AAD69, que, embora se concretize, em função de uma “seqüência sintaticamente correta” em determinado contexto comunicativo, vai procurar explicar o sentido dos enunciados sem contar com a liberdade preconizada pelos lingüistas pós-saussureanos nem tampouco com a neutralidade de um sujeito idealizado defendido pelos gerativistas.

Sem tratar, ainda, do caráter contraditório que constitui a estrutura da memória discursiva instituidora dos sentidos dos enunciados, conforme se constata ao longo do desenvolvimento dessa teoria, Pêcheux lança as bases do quadro epistemológico da teoria do discurso. E por se relacionar, inicialmente, os processos de constituição dos sentidos às “máquinas discursivas” foi possível falar, mais tarde, sobre famílias parafrásticas fundamentais na identidade sociohistórica tanto para os sentidos quanto para o sujeito na determinação dos discursos dos falantes.

Na AAD69 não havia, ainda, um estatuto teórico para contemplar a determinação da ideologia na constituição dos discursos dos falantes, as antecipações que os falantes fazem uns dos outros (*Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para me falar assim?*) durante as suas interlocuções estiveram presas a um contexto comunicativo. Ao sofrer os efeitos da sobredeterminação ideológica, essas antecipações projetadas pelos falantes e

refletidas em seus discursos confundiam-se com a situação empírica (vívida), fato motivado pela ausência de um quadro teórico da AD. Não era possível, portanto, descrever de que maneira o imaginário, resultante de um processo discursivo ideológico, constituiria o efeito de sentido e efeitos de sujeito. A propósito desse “imaginário”, no estudo da AD75 Pêcheux diz o seguinte: “o que faltava no texto de 1969 era precisamente uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real [...]” o que faltava e que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador (PÊCHEUX, 1993, p. 171).

Embora esse estudo de Pêcheux não possibilite a descrição dos efeitos desse imaginário na determinação dos sentidos dos enunciados, as formações imaginárias, ainda que revelassem um caráter ideológico nos discursos, não se constituíam em função de uma subjetividade descentralizada, dividida, reflexo de uma memória histórica, haja vista o controle do sujeito sobre o seu dizer, conforme se percebe na descrição a seguir:

[...]. A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social [...] esses lugares encontram-se representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo [...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (PÊCHEUX, 1993, p. 82).

Através das “formações imaginárias” Pêcheux questiona a noção social de Saussure que define a língua (“parte social da linguagem”). As formações imaginárias nada mais são, diz Pêcheux, do que projeções dos falantes em relação aos seus lugares sociais e aos dos demais falantes, mostrando o quanto a exterioridade está implicada no funcionamento da língua.

Pêcheux critica Saussure porque Saussure desconsidera a concepção dos sociólogos da época que reconheciam o caráter das regras institucionais, sobredeterminando

implicitamente o comportamento das pessoas. Segundo Pêcheux, “as normas dos comportamentos sociais não são mais transparentes a seus autores do que as normas da língua o são para o locutor” (p. 76).

Mesmo assim, Saussure caracterizou a língua como uma instituição social diferente das outras, por se constituir de um sistema de signos cuja função estava separada de seu funcionamento. Pêcheux (1993, p. 77) se afastará dessa perspectiva social de língua, além daquela que considera a liberdade do locutor, pois o discurso dos falantes não é indiferente às condições de produção.

Um discurso é sempre pronunciado a partir das condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertencente a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta voz de tal e tal grupo que representa tal ou tal interesse...ele está bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um grupo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa [...] (PÊCHEUX, 1993, p. 77).

Há relevância no estudo de Pêcheux por produzir, de certa maneira, um deslocamento teórico, porém, manifestam-se, ainda, nessa fase, de modo determinado, os pressupostos lingüísticos da época. Além de tratar o discurso em nível dos “enunciados sintaticamente corretos”, o autor considera seus sentidos em razão do funcionamento da “máquina discursiva”, delimitando-os em torno desta ou daquela estrutura política, restringindo as questões relativas ao sentido, por desconsiderar a questão enunciativa, o que não poderia ser diferente, considerando-se a relevância dos processos comunicacionais que fundamentam as condições de produção dos discursos.

À época os discursos ainda não se encontram totalmente desvinculados de uma concepção referencial de linguagem, mesmo com seu caráter representativo ideológico constar nas projeções imaginárias dos falantes sobre os seus lugares sociais e ser possível tratar a linguagem como representativa de um recorte ideológico, interpretando a realidade

de modo diferente da pressuposta pelos estudos lingüísticos formais. Instaure-se, então, a “Semântica Discursiva”, apresentando conceitos fundamentais: formações ideológicas e formações discursivas.

1.5 AD75: apresentação do quadro epistemológico

Inicialmente é preciso considerar o “modo de produção dominante de uma formação social” o qual determina a forma que as classes sociais relacionam-se com a realidade circundante, produzindo, em seus discursos, diferentes representações. Aí, dois conceitos são importantes para a AD, em relação ao respeito à “Semântica Discursiva”, porque vai contribuir para a mobilização de outra noção de subjetividade não atrelada ao individual, ao psicológico, mas, sim, a uma posição de classe em conflito, revelando, definitivamente, a questão do ideológico ao estudar o discurso. Mediante essas noções é possível falar em processos discursivos sobre os quais a AD determinará a natureza do sujeito e também a do sentido, tendo o discurso como uma das instâncias de realização da ideologia. É em função da relação sentido e subjetividade sob efeito da ideologia que Pêcheux apresenta o seguinte quadro epistemológico, baseado na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística, como a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX, 1993, p. 164).

A compreensão de que há, na constituição dos discursos, uma exterioridade ideológica determinante impede Pêcheux de tratar a transparência do sentido da linguagem defendida normalmente por teorias enunciativas cujo pressuposto é considerar os efeitos de uma

subjetividade de caráter psicológico, intencional. A noção de ideologia está relacionada não somente à reprodução, mas também à transformação das relações de produção, pois a forma de sobredeterminação nos Aparelhos Ideológicos do Estado (os AIE(s)) não se realiza igualmente entre seus elementos constitutivos (a família, a escola, a igreja) em determinado momento histórico da formação social.

1.5.1 Ideologia e discurso

Sob o aspecto da noção de ideologia identifica-se um vínculo contraditório entre a reprodução e a transformação, tendo em vista que os modos de produção de cada uma das diferentes classes sociais são, também, afetados não somente pela ideologia dominante, mas pelos conflitos advindos desse domínio, manifestos entre essas mesmas classes. Esses conflitos vão determinar relações de desigualdade e subordinação entre as classes sociais e constituir o que o autor denomina de materialidade ideológica fundamental para se entender como se constitui o efeito sentido e o efeito sujeito na produção dos discursos dos falantes.

A ideologia dominante é tratada em termos de uma instância, sendo estruturada em razão de um conjunto de formações ideológicas que se estabelecem a partir dos conflitos das classes sociais. A contradição justifica-se, pois, a ideologia não somente apresenta um caráter de reproduzir práticas, mas se transforma garantindo assim seu domínio. A partir dessas condições, Pêcheux fala sobre o “todo complexo dominante de FI(s)”, constituindo a ideologia.

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade- subordinação ao todo complexo com o dominante das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução / transformação que constitui a luta ideológica de classes. (PÊCHEUX 1993, p. 147).

Ao se considerar “todo complexo das formações ideológicas constitutivas da ideologia” é possível tratar tanto o sentido quanto o sujeito sob efeitos de uma sobre-determinação ideológica. A evidência que o sentido de uma palavra ou de um enunciado tem para um sujeito, dando-lhe a impressão da transparência da linguagem, em verdade diz respeito às posições ideológicas partícipes desse complexo, que estão em jogo no momento da interlocução, sobre as quais ele não tem o menor domínio. Esse complexo de formações ideológicas “mascara” para o sujeito o caráter material da linguagem, dando-lhe a impressão de literalidade do sentido e de seu domínio sobre o seu dizer quando isso não passa de efeitos da ideologia.

A partir da expressão formação ideológica (FI), constitutiva desse todo complexo formações ideológicas e as formações discursivas (FD), sobre as quais se expressam as posições de classe em conflito é possível considerar os processos discursivos e tratar os sentidos e os sujeitos sob os efeitos de uma sobre-determinação ideológica. Por isso, além da formação ideológica (FI), torna-se fundamental a definição da FD, por ser o “discursivo” um dos aspectos da materialidade do ideológico. A FI, portanto, conforme o autor,

constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. As FI(s) comportam necessariamente, como uma de seus componentes, uma ou várias FD(s) interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa) a partir de uma posição dada numa conjuntura [...] (PÊCHEUX 1993, p. 166).

Partindo da noção de FD, Pêcheux descreve de que maneira é possível tratar a evidência dos sentidos das “palavras, expressões e proposições” sob o efeito de uma FI, caracterizando o processo discursivo e o que ele denomina de “famílias parafrásticas”. Considerando-se esse todo complexo de FD(s) que, ligado às FI(s), constitui a forma como se estrutura a ideologia dominante de um contexto sociohistórico, é possível tratar o sentido quanto a um retorno de saberes que confirmam as práticas sociais dos sujeitos reveladas em

seus discursos. Por isso, “uma palavra, expressão ou proposição” não têm um sentido próprio, pois é a FD que determina o efeito da literalidade. Atribui-se um sentido às “palavras, expressão ou proposição” já que há outras “palavras, expressões, proposições” que, fazendo parte de uma FD, confirmam os saberes determinados, constituindo-se, aí, as “famílias parafrásticas”

Mesmas palavras, expressões ou proposições podem ser literalmente diferentes e terem o mesmo sentido ou podem ser literalmente semelhantes, mas com sentidos diferentes, dependendo de sua filiação a esta ou àquela FD. Conforme Pêcheux, deriva-se da FD a seguinte noção de processo discursivo: “o processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre os elementos lingüísticos – significantes - em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, p. 161).

Da mesma forma que para se explicar o sentido das palavras, no discurso dos falantes, deve-se considerar em que medida elas pertencem a esta ou àquela FD e, por isso, a evidência do sentido não passa de um efeito ideológico, assim também se explica como se constitui a subjetividade, sem estar relacionada a algum tipo de intencionalidade. O sujeito falante, ao atribuir determinado sentido ao seu discurso, se revela identificando a determinada FD que, junto a outras, estabelece “relações de aliança, dominância, dominação” em relação a determinada FI. É desse modo que se constitui o que o autor denomina de Interdiscurso, “o todo complexo dominante de FD(s) intrincado no complexo das FI(s)” (p. 162), importante para compreender o que está em jogo na determinação do efeito sujeito.

A FD com a qual o falante se identifica é, portanto, a “forma sujeito” de interpretar a realidade, única para ele, porque se “esquece” da existência de outras, identificadas nas diferentes FD(s) que constituem a FI que junto de outras FI(s) participam da estrutura do

interdiscurso. Em razão de um tipo de esquecimento é possível se considerar a ilusão de que é tomado todo o falante diante de seu discurso. De acordo com Pêcheux,

modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto a reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou a chamar interpelação, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes antagonistas do modo de produção (PÊCHEUX, 1993, p. 166).

Em relação à noção de “forma sujeito”, Pêcheux fala sobre o “imaginário” constitutivo do “real” que, na AAD69, não era possível, pois, a maneira como as “Formações Imaginárias” foram descritas permitia que se as concebessem derivadas não do interdiscurso, mas da própria situação comunicativa. Em função da “forma sujeito” é possível considerar o caráter material da língua como resultante de um processo discursivo cuja origem se explica em função do interdiscurso. O sentido da língua, portanto, desvincula-se de um conjunto de estruturas lingüísticas (fonológicas, morfológicas e sintáticas) para outro tipo de conjunto constituído de FD(s) e FI(s) resgatando, para os estudos de linguagem, a questão da exterioridade sociohistórica. Quanto à materialidade da língua, Pêcheux “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentidos” (PÊCHEUX, 1993, p. 172).

Como há uma dependência a esse todo complexo de FD(s) e FI(s), o autor consegue explicar de que maneira a questão ideológica esta implicada, na constituição da materialidade dos sentidos da língua, resultante de um processo de interpelação ideológica. Para descrever essa natureza complexa em que se encontram imbricadas as FD(s) nas FI(s), Pêcheux baseia-se na noção de “Pré-construído” de Paul Henry (1974).

1.5.2 *Concepções de interdiscurso e intradiscurso*

O fato de existir a memória do dizer (um “já-dito”), sobre o qual o sujeito não tem nenhum domínio, possibilita aos sentidos dos discursos expressarem os efeitos de uma exterioridade ideológica. Pêcheux demonstra isso se aproveitando da noção de “pré-construído” para explicar que o sentido da oração determinativa remete a um saber anterior, exterior, independente ao que é ‘construído’ manifesto na linearidade do enunciado”(PÊCHEUX 1997, p. 99). A partir da noção de "pré-construído", é possível falar de um "já dito", indicando a memória do dizer, entendendo-se melhor por que a tendência do dizer é o da repetição. Nas orações relativas determinativas, essa repetição se reflete através da oposição entre duas FD(s), dois saberes que fazem parte dessa memória discursiva que não é apreensível numa descrição lógico-lingüística. Um exemplo disso é o da seguinte oração: “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”. Isso contribui para que se entenda a complexidade da estrutura do interdiscurso. Conforme Pêcheux,

descobrimos, assim, que os dois tipos de discrepâncias, respectivamente o efeito de encadeamento do pré- construído e o efeito que chamamos de articulação - que consideramos, de início, como leis psicológicas do pensamentos - são, na realidade determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso (1993, p. 162).

No que diz respeito às orações relativas explicativas, essa memória se apresenta não sob a forma de uma “dissemetria”, “discrepâncias “, mas de um retorno do dizer no próprio dizer. É o “discurso transversal” que vai explicar o efeito da exterioridade nas explicativas relativas. Justifica-se, dessa forma, um saber retomado, assegurando a filiação do dizer a uma FD específica. É porque Pêcheux conta a natureza do interdiscurso que o sentido da oração explicativa se constitui também em razão de uma exterioridade, tendo em vista a

impossibilidade de uma descrição lógico-lingüística, conforme demonstrou Pêcheux a propósito desses dois tipos de oração.

O pré-construído corresponde ao sempre já aí da interpelação ideológica que fornece e impõe a realidade e seu sentido sob a forma de universalidade (o mundo das coisas) ao passo que a 'articulação' constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ele representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma – sujeito (PÊCHEUX, p. 164).

O discurso transverso é determinado pelo interdiscurso, Mas está relacionado à linearização (ou sintagmatização da memória), pois a oração explicativa é a confirmação do saber de uma FD. Institui-se, aí, outro tipo de funcionamento dos saberes da memória, denominado “intradiscurso”. Segundo o autor, a memória atravessa o discurso do sujeito e, por isso, “discursos transversos”, conforme se pode constatar a partir das palavras de Pêcheux:

o interdiscurso enquanto discurso transverso atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, assim, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como 'sujeito falante', com a formação discursiva que o assujeita [...] pode-se dizer que o intradiscurso, enquanto 'fio do discurso' do sujeito, é a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo uma 'interioridade' inteiramente determinada como tal 'do exterior' (p. 167).

1.5.3 Esquecimento e sobre-determinação ideológica

A respeito dos dois diferentes tipos de funcionamento da memória, Pêcheux apresenta o esquecimento n. 01 e o esquecimento n. 02. Importante será tratar o intradiscurso em termos de esquecimento de n. 02, porque o falante, diante de seu interlocutor, opera, em seu discurso, um tipo de seleção de seu dizer, fazendo, assim uma separação entre o dito e o não dito, tendo a impressão (“ilusão”) de que é a origem de seu dizer. Essa seleção é efeito da determinação do interdiscurso e faz parte dos “processos enunciativos”, portanto, um esquecimento de nível pré-consciente/consciente. Em “eu sei do que estou dizendo”, “eu

sei do que estou falando” empregos que o sujeito falante realiza fazendo um retorno sobre si, constituem o fio de seu discurso, manifestando os efeitos do interdiscurso. Segundo Pêcheux,

ao falar de uma “intersubjetividade falante“, não estamos abandonando o círculo fechado da forma –sujeito; bem ao contrário estamos inscrevendo nessa forma sujeito, a necessária referência do que eu digo àquilo que um outro pode pensar, à medida em que aquilo que eu digo não está fora do campo daquilo que estou determinado a não dizer (p. 173).

Já, o esquecimento n. 01, por ser da ordem do inconsciente, diz respeito ao interdiscurso porque o sujeito, para se constituir, deve estar identificado com a “forma sujeito”, não sendo permitido a ele o acesso ao exterior da FD composto de outras FD(s). A propósito desse inconsciente, Pêcheux diz:

o esquecimento n. 01 que dá conta do fato de que o sujeito- falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento n. 01 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, à medida que - como vimos - esse exterior determina a formação discursiva em questão (ibidem).

Esse tipo de esquecimento afeta o sujeito falante, fazendo-o crer que determina o sentido de suas palavras, pois o seu dizer estar diretamente relacionado ao domínio de saber de uma FD. A exterioridade ideológica se explica em função da estrutura do interdiscurso. Segundo o autor, “o indivíduo é interpelado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, logo para que ele aceite (livremente) seu assujeitamento”(p. 133).

Como o interdiscurso está submetido às leis de “desigualdade- contradição e subordinação” pela luta incessante dos conflitos ideológicos entre as diferentes classes sociais, a AD, segundo Pêcheux, deixou de considerar as análises em torno dos processos discursivos referentes às “máquinas discursivas” cujo pressuposto era a homogeneidade entre dois tipos de discursos: capitalistas X proletariado. A ideologia dominante não

somente reproduz , mas se transforma, sofrendo os efeitos das condições de produção dos discursos que nunca são as mesmas. Em razão disso os falantes se manifestaram, em seus discursos, mais identificados a determinada FD, outras vezes nem tanto. Isso ocorre porque o interdiscurso se submete a essas leis de desigualdade, contradição e dominação das diferentes FI(s) que compõem o universo de saberes e estabelecem com a FI dominante diferentes relações.

É o interdiscurso que determina a identificação mais forte (ou não) com uma FD, por causa da influência dos saberes (pré-construídos) das demais FD(s) ao redor da FD dominante, naquele momento de interlocução, constitui o discurso de determinada materialidade. Em razão disso, aparece o caráter contraditório do sujeito do discurso que manifesta, em relação à FD, diferentes posições-sujeito.

É possível, ao pesquisador, observar as “propriedades discursivas da forma sujeito” tendo em vista que o interdiscurso “reconfigura” as fronteiras das FD(s) e possibilita, assim, o questionamento da literalidade do sentido e a unicidade/centralidade do sujeito. O sentido está relacionado às FI(s), às posições dos sujeitos, não sendo possível, na concepção teórica da AD, sua fixação a determinado significante sem considerá-lo em relação ao contexto sociohistórico.

A partir do interdiscurso se considera quais os saberes em jogo que marcarão as fronteiras de uma FD em relação às outras no intrincado complexo de FD(s) e FI(s) quanto à estrutura social. Sobre isso, Courtine (1981) fala sobre o processo de “reconfiguração” das fronteiras entre as FDs que é de responsabilidade do interdiscurso . E assim, nesta fase dos estudos da AD, deve-se considerar a heterogeneidade das FDs.

As FDs não correspondem mais às “máquinas estruturais fechadas”, por sofrerem os efeitos dos saberes de outras FDs assegurando-lhes, no entanto, sua essência no que diz

respeito à representatividade do real. Conforme Pêcheux, em seu artigo “A Análise de Discurso: Três Épocas’

a noção de Formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD(s) que se repetem nela, fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’). (PÊCHEUX, 1993, p. 314).

Em razão dessa possibilidade de “migração de saberes” entre os diferentes domínios, se define a instabilidade das fronteiras entre as FD(s), pois há o processo de reconfiguração do interdiscurso refletindo os efeitos da reprodução e da transformação da ideologia afetada pelos conflitos sociais. O interdiscurso é responsável pelo processo de reconfiguração e com isso fala-se em diferentes posições-sujeito do discurso e o caráter “aparentemente” contraditório do sujeito. Aparentemente, porque em meio à luta incessante das diferenças entre os indivíduos, eles não deixam de sofrer os efeitos de uma FD específica, predominante. Caso contrário, haverá a ruptura com o domínio de saber, produzindo-se o efeito da polissemia, e não a paráfrase mais comum de acontecer em relação à questão semântica do discurso.

Independentemente da polissemia ou da paráfrase, a questão do sentido estar ou não atrelada a determinada FD (ou forma-sujeito) depende do que se compreende por efeitos dos saberes localizados no interdiscurso. Os efeitos dos saberes acabam emergindo no discurso, tendo em vista a heterogeneidade das FDs, porque, conforme Courtine (1981),

o interdiscurso está, portanto, em constante processo de reconfiguração, através do qual o saber de uma FD é conduzido, em função das posições ideológicas que esta FD representa numa conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma, imprimindo-lhes uma redefinição e também, suscitar seus próprios elementos, seja sob a forma de repetição, do esquecimento ou mesmo da denegação (COURTINE, 1981. p. 111).

A FD mantém “uma relação paradoxal com o interdiscurso”, portanto, esse processo determina as fronteiras de seu domínio, podendo-se falar em “sentido de palavras, expressões e proposições” justificados a partir de uma exterioridade ideológica. Segundo Pêcheux, os efeitos de sujeito e de sentido estão atrelados a uma forma- sujeito sobre a qual se concebe toda a visão de mundo.

1.6 AD: (des)construção necessária

A AD, ao longo dos anos setenta, sofreu um desgaste, tendo em vista, entre outros fatores, a crise dos ideais marxistas que já não sustentavam as explicações em torno dos sentidos dos discursos. Havia, portanto, não um sentimento de “terra arrasada”, ou ainda de “uma completa destruição da teoria discursiva”, mas o de “reconfiguração” (des)construção da teoria, por causa das novas leituras que se instauravam, destacando-se não somente a memória, mas o contexto de produção dos enunciados, até então relegados à mera repetição do interdiscurso.

Pêcheux questiona sobre o poder absoluto do interdiscurso sobre o intradiscurso, considerando que os ideais marxistas são insuficientes quanto à forma que as diferentes classes sociais interpretam a realidade. Além disso, estudos de Jean-Claude Milner, Michel Certau, Jacqueline Authier Revuz contribuem, respectivamente, para que na AD se destaque a importância do próprio sujeito (com “s” minúsculo). Reacende-se, entre outros aspectos, a discussão em torno das lacunas (“espaços”) que aparecem na língua, questionando-se o caráter inapreensível da realidade. Na “história”, coloca-se em jogo não mais os registros oficiais para justificar os fatos, mas aqueles sobre os quais apontam os diálogos, as narrativas. Há, também, atenção em relação à questão da intertextualidade, explicitando o diálogo entre os textos na constituição dos discursos. Há, portanto, uma relevância para o

eixo da intradiscursividade (ou horizontalidade), no dizer de Courtine (1981), colocando à prova o inquestionável sucesso ideológico (interdiscurso ou verticalidade) que determinava, até então, os estudos da AD.

Nesse contexto se manifesta a terceira fase da AD. O analista não mais se orienta em função de um dispositivo descritivo (prótese de leitura), assegurando os sentidos dos discursos, mas sendo relevante também a interpretação do próprio sujeito sobre a situação, embora não deixando de refletir uma sobredeterminação ideológica. Há, por isso, a tensão proveniente dos tipos de funcionamentos do sentido da linguagem: o interdiscurso e o intradiscurso, (a paráfrase e a polissemia) indicando o caráter de incompletude do sujeito e do sentido da linguagem. Em razão dessa tensão, Orlandi (1999) considera o seguinte:

A condição da linguagem é a incompletude: nem sujeitos, nem os sentidos estão completos, já feitos constituídos definitivamente. Constituem-se sob o modo do entremeio, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é o lugar do possível (p. 52).

Há faltas, equívocos na linguagem, apontando rupturas interpretadas como resistências do sujeito frente ao processo de sobredeterminação ideológica. Há, segundo Pêcheux, um real não apreensível pela linguagem e, portanto, livre do processo de assujeitamento. A respeito desse real, o autor diz:

Entendendo-se o 'real' em vários sentidos possa existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber que não se reduz à ordem das "coisas- a -saber", ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se apreende, não se ensina, e que, no momento, existe produzindo efeitos (PÊCHEUX, 2000, p. 43).

Pêcheux faz com que se resgate a importância do próprio sujeito no que diz respeito à questão do sentido, pois não é possível tratar o real ("a realidade") simplesmente em razão de um dispositivo de análise cuja finalidade era determinar a interpretação do discurso. Nesse sentido, as palavras de Maldidier (2003) explicitam a crítica de Pêcheux ao próprio

dispositivo de análise ao qual denominou de “prótese de leitura”, tendo em vista as falhas que também se manifestam na estrutura da língua. Para essa autora,

os textos da última época dizem, segundo a fórmula de Jean-Claude Milner, o ‘real’ da língua. A língua, decididamente intangível, ‘resiste do interior às evidências da lógica [...] a materialidade da sintaxe é por certo o objeto possível de um cálculo [...] mas, simultaneamente ela escapa daí à medida que o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua (MALDIDIER , 2003, p. 91).

Pêcheux questiona o “sucesso da dominação ideológica” sobre os indivíduos, que os torna simplesmente seres autômatos, desconsiderando a questão do desejo, que acaba se manifestando na linguagem através da falha, reorientando os trabalhos de investigação do sentido.

A AD, por isso, está sujeita a um processo de (des)construção, considerando-se insuficiente o questionamento de noções como FD na determinação dos sentidos, porque, o sujeito, de alguma maneira, manifesta-se diante do poder de coerção de uma ideologia dominante, prevendo-se que os dispositivos de análise falharam ao destacarem somente a questão do imaginário na interpretação dos discursos. Há, além do imaginário, relevância para o simbólico à medida que o “real “ (contexto enunciativo) também contribui para a constituição da materialidade da linguagem. Em razão disso, diz Maldidier:

Se a sintaxe é o que toca de mais perto o próprio da língua enquanto ordem simbólica, [...] a descrição discursiva não pode ficar fechada nos termos do par base/processo ou na idéia de que existiriam níveis mais ou menos compartimentados. Ela visa a intrincação das três ordens da sintaxe do léxico e da enunciação (2003, p. 91).

Na obra “Estrutura ou Acontecimento” (2002) Pêcheux afirma haver tensão entre o processo de descrição e o de interpretação, devendo-se colocar em jogo mais fortemente a questão do contexto enunciativo. Destaca, assim, a importância do real sobre o imaginário que, conforme já referido, sobredeterminou o sentido dos enunciados na AD da segunda

fase. Isso porque há na linguagem as falhas, os equívocos, os erros, os deslizos, constituindo, de acordo com essa perspectiva, as resistências à sobredeterminação ideológica.

Ferreira (2000), ao considerar a ambigüidade como uma força indicativa de resistência diz que a falta e suas inúmeras manifestações (entre elas a ambigüidade) são estruturantes. Assim como o equívoco, “a ambigüidade é um fato lingüístico estruturante incontornável”. Para essa autora,

o equívoco, entre os fatos difíceis de explicar, estaria demarcando aqueles pontos de fuga que representam modos de resistência próprios da ordem da língua. A língua não seria então um sistema dedutivo fechado ao abrigo de mal-entendidos, lacunas, excessos, mas comportaria em si possibilidades de rupturas. [...] Gadet faz intervir a realidade dos fatos resistentes que nada mais fazem do que expor a língua a suas incertezas e contradições e comprovar o dito de Pêcheux de que a língua não é um ritual sem falhas [...] (FERREIRA, 2000, p. 10).

A falha provoca ruptura no discurso e, assim, a possibilidade para a “interpretação”. Esta perspectiva rompe com o caráter de “ciência régia” que contaminou o trabalho de investigação das análises na segunda fase da AD, porque é impossível apreender o real totalmente, sendo necessário considerá-lo, nas suas diferentes formas reveladas na língua. Essas faltas não são problemas para serem resolvidos, mas para serem interpretados, rompendo definitivamente com a concepção de uma superestrutura ideológica.

Tendo em vista os avanços dos estudos lingüísticos (pragmáticos e enunciativos), destaca-se o “outro” no fio do discurso, havendo a necessidade simultânea da paráfrase (do mesmo) e também da polissemia (do diferente) para constituir o trabalho do analista do discurso.

A propósito disso, o próprio Pêcheux critica o “Estruturalismo” quando ironiza a revolução provocada por Saussure, Freud e Marx. O Estruturalismo provocou, sim, uma revolução, livrando-se do narcisismo do “eu”, embora estivesse submetido ao “narcisismo

teórico”, conforme ocorreu com a AD, presa aos processos descritivos do interdiscurso, que determinaram a interpretação do analista .

Contra a sobredeterminação do interdiscurso Pêcheux se opôs, ao negar a própria natureza da AD que é o de ser uma ciência interpretativa. Fez , assim, operar um processo de (des)construção da teoria, assinalando uma terceira fase dos estudos da AD, considerando o “cotidiano”, o “ordinário das massas” que contribuíssem para que houvesse uma nova ordem na interpretação dos sentidos dos discursos.

Incessantemente formam-se novas filiações na memória, privilegiando o diferente, o inovador, ou seja, o caráter polissêmico da linguagem. Por isso, segundo o autor,

em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com mecanismos da sobrevivência; trata-se para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido (PÉCHEUX, p. 48).

As falhas, os equívocos, determinam, na seqüência de linguagem, a presença do outro que assegura um “espaço social e uma “memória histórica”, exigindo que o analista interprete, a partir do contexto, tipos de filiações históricas que refletem um contexto sociohistórico, mas não mais a garantem inquestionavelmente. Orlandi interpreta a “incompletude da linguagem, colocando em jogo os dois processos semânticos discursivos da paráfrase e da polissemia cujos limites são moventes e tensos” (p. 52).

As filiações são indicadas tendo em vista, também, os elementos da enunciação. A partir da seqüência parte-se para o processo de identificação, falando-se em redes de significantes ou, ainda, em filiações históricas, não mais fechando-se em torno de uma estrutura, antecipando a interpretação. Conforme Pêcheux, “as coisas a saber coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de ‘saber do que se

fala” (PÊCHEUX, p. 55). Conforme os estatutos atuais da AD, a concepção do sentido dos discurso é determinado em razão de dois eixos já referidos nesse estudo: o parafrástico e o polissêmico. Os sentidos dos diferentes enunciados quando, em diferentes circunstâncias enunciativas, remetem ao mesmo saber FD produz o efeito da repetição que a AD denomina de paráfrase. O analista conta, nesse processo de instituição do sentido, com a possibilidade do novo, tendo em vista que as diferentes condições de produção são também imprescindíveis para que o discurso se instaure, havendo, assim, a manifestação de saberes de uma mesma FD, ou de outras, pois é a heterogeneidade é o que determina a natureza das FDs. As fronteiras entre as FDs que estruturam a memória do discurso, de acordo com o que relatado nesse estudo estão muito próximas uma da outra, possibilitando que haja influência de saberes e até ruptura, possibilitando que o sentido do enunciado seja outro e a polissemia se instaure e não a paráfrase.

Havia antes na segunda fase da AD75 um “apagamento do acontecimento”, tendo em vista a repetibilidade garantida pela FD, fazendo operar uma “grade de leitura” ou uma “memória antecipadora do discurso” da qual Pêcheux desejava livrar-se, porque os sentidos sofrem inúmeras influências, não sendo possível determiná-las com tanta certeza como preconizava a teoria até então. Por isso, conforme Pêcheux,

todo o discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sociohistóricas de identificação, à medida que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sociohistórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma infelicidade, no sentido performativo do termo, isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o outro, objeto de identificação (PÊCHEUX, p. 57).

AD é, portanto, uma disciplina cuja característica é o “entremeio”, por contar com o confronto, com a resistência, questionando os próprios princípios teóricos determinantes de suas análises. Há algo que escapa ao domínio do ideológico, provocando lacunas, fazendo com que o processo discursivo não se constitua, tendo, como ponto de partida, simplesmente

o nível sintático. É preciso contar ,no dizer, da pragmática lingüística com a “infelicidade do ato performativo de linguagem” e, portanto, não com a separação, mas com a articulação da estrutura e do acontecimento. É preciso dar atenção aos aspectos enunciativos.

2 O DISCURSO PEDAGÓGICO

Tendo em vista a tensão entre os dois funcionamentos discursivos: paráfrase e polissemia há uma nova forma de investigar os discursos. Há sempre a possibilidades de deslocamento de sentidos de uma para outra FD do interdiscurso, instaurando-se a novidade, embora esteja presente a repetição. Segundo as palavras de Orlandi (1999),

a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos- e os sujeitos - não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintivos de sentido no mesmo objeto simbólico (p. 38).

Esses dois processos, paráfrase e polissemia, são fundamentais, entre outros aspectos para que a autora indique uma tipologia e assinale os diferentes “modos de funcionamento dos discursos”. A tipologia apresenta-se indicando três diferentes discursos: o lúdico, o polêmico e o autoritário. A diferença entre os três baseia-se, fundamentalmente, na forma como o objeto do discurso (o seu referente) se manifesta nos discursos dos falantes, observando-se maior ou menor tensão entre os dois processos constitutivos do sentido dos discursos: a paráfrase e a polissemia. De acordo com Orlandi (1987),

o discurso autoritário, o referente (objeto do discurso) está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta numa polissemia contida (o exagero é uma ordem no sentido em que se diz ‘isso é uma ordem’, em que o sujeito passa a instrumento de comando).Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem (p. 16).

O discurso pedagógico é, segundo Orlandi, exemplo de discurso autoritário, porque o que está em jogo, nesse tipo de discurso, é a imagem que o professor faz do referente. “Apagam-se” as condições de produção sobre as quais se constitui o discurso, desconsiderando-se a importância dos interlocutores (no caso, os alunos) em relação ao referente do discurso.

Segundo a autora, ensinar costuma ser inculcar. "mais do que informar, explicar, influenciar ou mesmo persuadir, ensinar aparece como inculcar" (ORLANDI, 1987, p. 17). Para Orlandi, quebram-se as leis discursivas da informatividade, interesse e utilidade que deveriam orientar a relação professor/aluno em relação ao tratamento do referente (no caso o fato/a ciência). Ocorre, portanto, em razão da “motivação” pedagógica, a “mediação” dessas leis discursivas e o conteúdo referencial, tendo em vista a legitimidade da voz do professor garantida por um sistema hierárquico no qual a instituição escola faz parte. A autora diz ainda: "temos sempre a anulação do conteúdo referencial do ensino e a sua substituição por conteúdos ideológicos mascarando as razões do sistema com palavras que merecem ser ditas por si mesmas: isto é, o conhecimento legítimo" (p. 18).

O referente do discurso, no caso, é sempre considerado pelo viés da metalinguagem, atribuindo-se o seu valor científico em razão de um “é porque é”. Submeter, portanto, o fato às condições de verdade ou falsidade fica em segundo plano. Orlandi lança sua crítica ao modo como funciona o discurso pedagógico, pois normalmente, desconsidera-se, na escola, que a metalinguagem deriva de perspectivas teóricas que têm uma origem histórica específica e,

nessa perspectiva de escolaridade, as questões não se podem dizer nem verdadeiras nem falsas, pois não se trata de explicar fatos, mas de se mostrar a perspectiva. No entanto, ao que é fortuito e ocasional (a perspectiva) atribui-se um estatuto de necessidade, através da avaliação que a escola produz, instituindo um conhecimento que é considerado valorizado ou, em outras palavras, um saber legítimo (ORLANDI, 1986. p. 21).

A mediação se verifica na fala do professor quando "apaga" ("esquece") que o conhecimento demonstrado em aula é uma apropriação. Assim diz a autora,

apaga-se o modo pelo qual o professor apropria-se do conhecimento do cientista, tornando-se ele próprio possuidor do conhecimento. A opinião assumida pela autoridade professoral torna-se definitiva (e definitiva) [...] Dizer e saber se equivalem (ORLANDI, 1986. p. 21).

A escola, além disso, como lugar que possui a legitimidade na transmissão cultural realiza a transmissão de poder, manifestando-se mediante ação dissimulada que contribui para que o conhecimento chegue somente para poucos. Isso porque tem como certo uma "hierarquia de dons", "méritos", "competências", determinando assim, os escolhidos para receberem o conhecimento. A hierarquia combina-se com a hierarquia social e as competências se "fundamentam na afirmação brutal de relações de forças" e segundo a autora, "convertem em hierarquias sociais em hierarquias escolares e com isso legitimam a perpetuação da ordem social."(p. 22).

É possível quebrar a circularidade do discurso pedagógico, diz Orlandi considerando-se também o papel dos alunos cuja voz não é ouvida na constituição desse tipo de discurso, e "não há pois razão, para se considerar o discurso como mera transmissão de informação mas, antes, devemos considerá-lo como efeito de sentidos entre os interlocutores" (p. 28).

A reversibilidade entre os interlocutores pode ocorrer e dessa maneira ser possível a quebra da circularidade determinante do autoritarismo, e o discurso pedagógico ser tratado nos termos do discurso polêmico, pois diz Orlandi,

o que propomos é que se considere o outro pólo, o do ouvinte, e se procure suas marcas, as formas lingüísticas que revelam o seu papel. E se há, pois, formas lingüísticas que marcam a presença do ouvinte dentro do texto, a forma polêmica pode ser construída através dessas marcas, justamente opondo-se ao discurso que ao lidar com essas marcas, constrói no texto o aprisionamento do outro no escasso lugar que lhe é atribuído pelo discurso autoritário (p. 34).

Além de observar através da redação dissertativa a capacidade do candidato de argumentar um ponto de vista sobre um tema conforme uma ordenação lógica de idéias, esse tipo de atividade, tendo em vista sua natureza argumentativa, oportuniza a instituição de conhecer qual é a opinião do estudante sobre a perspectiva de educação proposta pela universidade, orientando o estudante desde o vestibular a determinado tipo de ética educacional.

3 ANÁFORA

3.1 Anáfora e a perspectiva tradicional

A palavra anáfora é de origem grega: *anaphorien*, e significa lembrar, repetir. O termo já era usado pelos estóicos desde o século dois d.C. O gramático Apolônio Díscole empregava a anáfora ao se referir aos pronomes cuja função era remeter a segmentos do discurso.

É comum muitas gramáticas tradicionais normativas fazerem referência à anáfora em razão de questões estilísticas. Ou seja, a anáfora é uma dentre outras figuras de linguagem através das quais o(s) escritor(es) se utiliza(m) a fim de produzir determinado efeito sobre o(s) seu(s) leitor(es) influenciando, muitas vezes, um estilo literário.⁹ A definição de anáfora nas Gramáticas Tradicionais está vinculada à arte retórica cujo propósito era a eloquência, a oratória dos discursos.

Em razão exclusivamente desse caráter literário, as gramáticas normativas destacam o fenômeno da anáfora como a repetição de mesma palavra ou construção no início de várias

⁹No que diz respeito a uma questão literária é interessante observar o que Othon M. Garcia diz em sua obra “Comunicação em prosa Moderna sobre anáfora. Há diferença entre uma repetição intencional e aí a anáfora, juntamente com outras figuras de estilo responsáveis em demarcar uma tendência literária, por exemplo, o Barroco, e um outro tipo de repetição que reflete pobreza vocabular e deve ser evitada pelo aprendiz de redação. Essa advertência não poderia ser diferente tendo em vista que este manual é um dos mais tradicionais dentre os demais manuais de redação de nossa língua. Em razão dessa preocupação fala em anáfora como em outros tipos de figuras de estilo.

orações, períodos e versos. Como se constitui de repetição, provocando desvios na ordenação canônica dos termos na oração, a anáfora, entre outras, faz parte das figuras sintáticas ou de construção. Conforme atestam as palavras de Rocha Lima, em sua gramática Normativa da Língua Portuguesa, "a anáfora é a repetição de mesma palavra (ou ainda de várias) no começo de cada um dos membros da frase" (1992, p. 514), conforme é possível se observar nos exemplos sugeridos pelo autor.

Grande no pensamento, **grande** na ação, **grande** na glória, **grande** no infortúnio,
ele morreu desconhecido e só. [...]

Deus te abençoe, amor, por seres bela!

Deus te abençoe, amor, por seres pura!

A essa visão estilística opõem-se posições pragmáticas que abordam o fenômeno lingüístico na sua relação com a situacionalidade. A anáfora aqui não se encontra relacionada a simples repetição de termos no início de orações, provocando efeitos sobre os leitores na inversão de determinada ordem sintática, mas na sua ligação é vista com os usos efetivos da língua por parte dos falantes.

3.2 Anáfora e a perspectiva da lingüística textual

3.2.1 Anáfora e categoria referencial coesiva

Na perspectiva da Lingüística Textual - LT, a referência por si só diz respeito a "uma relação que existe entre as palavras e as coisas (seus referentes)", isto é, "as palavras não significam nem denominam" as coisas, mas se referem a elas" (HALLIDAY & HASAN, 1976, p.31). Halliday e Hasan, autores importantes da Lingüística Textual, consideraram, em seus estudos sobre coesão e coerência textual, somente a referência endofórica.

A referência se faz a partir de um ponto de vista estritamente textual, em que a relação entre as palavras e as coisas do mundo é substituída pela relação entre os termos constituintes do texto. São elementos de referência os itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos, mas remetem a outros itens necessários à sua interpretação (1976, p. 31).

Na LT, a anáfora está diretamente relacionada à referência endofórica. Segundo Halliday e Hasan, a referência é uma dentre outras categorias coesivas responsáveis pelo sentido do texto e os itens lingüísticos responsáveis pela referência são os pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos e os comparativos. No exemplo apresentado em seu estudo, "Lave seis maçãs. Coloque-as numa forma refratária", o pronome pessoal oblíquo "as" faz referência ao termo antecedente "maçãs". O pronome pessoal "as", no caso, como tem a mesma referência no mundo que o termo "maçã" diz-se que é co-referente a este. Há, por isso, nessa relação, segundo esses autores, uma identidade semântica entre o pronome pessoal oblíquo e o seu referente textual.

Há tal identidade porque o termo que pressupõe ("as") e o seu pressuposto ("maçãs") indicam um mesmo referente no mundo. A categorização da referência proposta por esses autores não está livre de questionamentos, pois os pronomes não deixam de ser uma substituição, tese herdada dos teóricos clássicos alemães da LT⁹, mas rejeitada por Halliday e Hasan, porque esses autores separam as categorias da referência e da substituição.

Em relação às outras categorias propostas por Halliday e Hasan, há, além da referência (pronomes e advérbios) e da substituição (espécie de coringa usado no lugar da repetição de um item lingüístico particular como em "Minha prima comprou um **carro corsa**. Eu também estou querendo comprar **um**"), outras as elipses, a coesão lexical, as quais, conforme Koch (1992), não se justificam separadas da questão referencial.

⁹Harweg (1968) um dos pioneiros da Lingüística Textual na Alemanha apresenta uma visão bastante abrangente de pronomes. Segundo este autor, toda e qualquer expressão lingüística co-referencial que expressa mesmo referente é pronome. Entende texto como "uma sucessão de unidades lingüísticas constituídas por uma cadeia pronominal ininterrupta." são os pronomes que constituem um texto em texto (KOCH, p. 23).

Essas categorias, ao retomarem um sintagma nominal, têm a perspectiva de fazer referência ao mundo. Em relação à elipse, embora haja o caráter substitutivo na maioria dos casos, nem sempre ocorre, conforme se pode constatar no exemplo a seguir, “Mate um frango ativo e roliço. Prepare-o para ir ao forno e corte-o em quatro partes. Asse-o durante uma hora. Quando ϕ estiver bem assado, sirva-o com rodela de abacaxi” (p. 27) Segundo Koch (1993), considerar a elipse uma substituição por zero na concepção de Halliday e Hasan não se comprova. Há um caráter de (co)referencialidade, mas não de substituição plena do sintagma nominal, conforme a visão substitucionalista defendida pelos teóricos alemães ao iniciarem os estudos sobre o texto.

Na coesão lexical também se estabelece, segundo Koch, uma relação de referência, por remeter a outros itens do discurso independentemente de retomar plenamente os sintagmas nominais referentes no contexto anterior esquerdo. Nos exemplos a seguir, são apresentados os casos de reiteração (sinonímia, hiperonímia, nome genérico) e os de contigüidade que se referem aos campos semânticos.

"O ministro apresentou-se na televisão. **O ministro** anunciou novas medidas" (repetição/reiteração) "O menino veio ao seu encontro. **O garoto** deu-me um abraço" (sinônimo/reiteração); "Todos ouviram um rumor de asas. Olharam para o alto e viram **a coisa** se aproximando."(nome genérico/reiteração); "Houve um acidente na estrada. Dezenas de **ambulâncias** transportaram os feridos para os **hospitais** da cidade mais próxima" (colocação/campos semânticos) (p. 23). Koch inclui todos esses itens coesivos inseridos numa coesão referencial.

3.2.2 *Anáfora e uma concepção pragmática*

Denis Apothéloz, em sua obra “Papel e Funcionamento da Anáfora na Dinâmica Textual” (1995)¹⁰, ao tratar a questão da anáfora procura considerá-la não a partir da perspectiva estritamente da continuidade, mas, sim, de uma progressão (ou dinâmica) textual. O autor se preocupa mais com os fatores que determinam a escolha de um anafórico por parte do emissor (ou escritor) do que com as funções clássicas dos elementos coesivos. Isso porque a continuidade referencial que pressupõe uma identidade semântica total (e até parcial) entre a expressão anafórica e seu antecedente (explícito) na porção textual esquerda do texto não é suficiente para se tratar as questões referentes ao sentido. Há a preponderância cada vez maior dos aspectos pragmáticos determinantes e que estão em jogo nas inferências exigidas dos interlocutores (leitores/ouvintes) durante o processo de comunicação implicado na construção dos textos.

É preciso, no entanto, observar o que esse autor entende por expressões anafóricas, considerando-se a questão da progressão textual, que diz respeito mais precisamente à “Teoria da Acessibilidade”.

Segundo essa teoria, a acessibilidade maior ou menor do referente do texto depende da quantidade de informações na expressão anafórica, marcando facilidade (ou não) no reconhecimento do referente no texto. Em termos da “progressão textual”, a busca pela informação dada (o “dado”) será identificada mais imediatamente ou não, assinalando para o locutor essa ou aquela escolha lingüística para o anafórico. Por exemplo, um pronome clítico marcaria a acessibilidade ao referente mais fácil do que um sintagma nominal definido acompanhado de um modificador cuja busca implicaria maior esforço para sua identificação.

¹⁰O título em francês é “Rôle et fonctionnement de l’anaphore dans la dynamique textuelle” (1995).

É importante destacar que os anafóricos, conforme o autor, estão relacionados a um antecedente cuja noção não abrange apenas aquela da correferência, e nem sempre há um antecedente específico, expresso explicitamente e ligado diretamente a uma expressão anafórica. Muitas vezes, o referente de um anafórico é percebido a partir da situação comunicativa.

Conforme se constata no exemplo dado pelo autor, mostrando que além do conjunto de informações já introduzidas no texto, é preciso para interpretar o anafórico “*o tagarela*” não desconhecer que os altos custos de uma fatura telefônica pressupõem muitas horas de conversa. Para esse tipo de anáfora (anáfora associativa) é necessário a memória discursiva que, na perspectiva da LT, está relacionada apenas aos conhecimentos armazenados pelos interlocutores.

Um jovem suspeito de ter desviado uma linha telefônica foi interpelado, há alguns dias, pela polícia em Paris. Ele havia utilizado a linha de seus vizinhos e o destino eram os Estados Unidos gastando cerca de 50 000 francos. O tagarela tinha sido [...] (p. 23) (tradução nossa).

Para esse tipo de anáfora associativa, autor fala em “desencadeador de antecedente”, ou ainda “gatilho”, pois o seu referente poderá encontrar-se, não a partir do segmento textual, mas nos conhecimentos de mundo que os interlocutores deverão ter a fim de realizar a inferência necessária e, conseqüentemente, a interpretação do anafórico em questão. Conforme o autor, “um gesto, uma mudança da direção do olhar podem tanto quanto uma expressão lingüística, funcionar como um desencadeador de antecedente”.

Os anafóricos são “formas de lembrança”, diz Denis Apotheloz, tendo em vista seu caráter referencial e não-sintático, conforme motiva o emprego de determinado anafórico. Embora abrangente, a noção de antecedente, uma vez que importa também o contexto comunicativo, “desencadeando-o”, ela é fundamental para compreender o que o autor diz sobre o anafórico é uma “forma de lembrança”. Isso porque, para ele:

[...] as formas de lembrança são, em primeiro lugar e antes de tudo, expressões referenciais no sentido mais geral do termo [...] o que ordinariamente se chama de antecedente a saber um segmento de texto situado antes do anafórico no texto e tendo com este uma relação de interpretação ou de correferência é, na realidade, um elemento totalmente indispensável ao funcionamento das formas de lembranças (p. 23) (tradução nossa).

Conforme se disse, a intenção desse autor é tratar o anafórico no que diz respeito aos aspectos pragmáticos, envolvendo para tanto o funcionamento (não as funções) dos anafóricos. Destaca também o emprego do anafórico quanto à progressão textual, porque o que está em jogo é “uma representatividade do sentido construída durante a constituição do texto (oral/escrito)”, no momento em que se realiza a comunicação (a troca) entre os interlocutores. E aí estão em jogo tanto as anáforas correferenciais quanto às anáforas associativas (mais comuns).

Ao abordar a “Teoria da Acessibilidade”, Apotheloz não deixa de trazer as questões enunciativas importantes para o presente estudo, pois, em alguns momentos, abre a possibilidade de se considerar a questão da subjetividade no emprego dos anafóricos.

Ao se fazer aqui, referência ao acesso maior ou menor do referente, criam-se condições para dizer que o que motiva o emprego de um anafórico demonstrativo (sintagma nominal acompanhado de um pronome demonstrativo) e não de um anafórico definido (sintagma nominal acompanhado de artigo definido) não são os conhecimentos compartilhados entre os interlocutores, mas, sim, a memória discursiva, sobredeterminando o sentido dos textos.

Essa memória não está ao alcance dos “sujeitos interlocutores”, por serem eles como os sentidos “efeitos” de uma determinação ideológica. Os sujeitos não têm como se manifestar contra o poder da ideologia a não ser através das contradições, das falhas, dos equívocos. Inconscientemente e somente dessa forma é possível se falar em produção (e não em “construção”) do sentido na linguagem.

A Teoria da Acessibilidade” desconsidera os efeitos de uma exterioridade. Ou melhor, ao tratar a neutralidade de um sujeito preocupado com o caráter informacional do texto, acessibilidade dispensa, no emprego dos anafóricos, as questões da argumentação, da polifonia mostrando as lacunas sobre a acessibilidade do referente mediante expressões descritivas referenciais para assim se considerar a questão da progressão textual.

A teoria da acessibilidade preconiza que

quanto menos acessível for um referente, maior será o conteúdo descritivo da expressão escolhida para designá-lo; inversamente também é verdadeiro, quanto mais um referente for acessível menor será o conteúdo descritivo da expressão para sua identificação. Os pronomes, por exemplo, serão descritos como de acessibilidade forte e os sintagmas definidos ou os nomes próprios como marcadores de acessibilidade fraca (APOTHELOZ , p. 48) (tradução nossa).

A teoria explica como é feita a escolha de uma ou de outra expressão anafórica, identificando a informação já introduzida no texto (ou no contexto). Apotheloz não deixa de considerar que o emprego de um anafórico pode estar revestido de outras motivações que não aquelas estritamente lingüísticas, pragmáticas ou cognitivas. Pode o locutor ao usar determinado anafórico não seguir o que diz o princípio de cooperação de Grice, e assim aumentar o trabalho daquele que vai procurar interpretar o sentido do anafórico como é o caso da ocorrência das anáforas associativas, comprovadas em mais um exemplo:

Um grupo de surdos que fazia uma bagunça entrou em choque com um grupo de policiais durante uma blitz. Os documentos *do veículo* não estavam em ordem. Um dos quatro ocupantes jogou uma pedra em direção ao furgão dos policiais. (APOTHELOZ , p. 49) (tradução nossa).

Conforme o autor, dentre as limitações da teoria da acessibilidade está o fato de procurar relacionar a acessibilidade à quantidade de informações do anafórico, ignorando, por exemplo, a questão argumentativa como se pode observar a seguir, e, um artigo sobre os Jogos Olímpicos de Barcelona.

Desde os jogos de Melbourne, em 1956, essa procissão (o desfile dos atletas) se transforma regularmente numa grande desordem espontânea e simpática. Este ano, entretanto, *este único sinal tangível de resto de fraternidade olímpica* foi afastado do programa; os atletas participarão depois nas arquibancadas” (p. 51) (tradução e grifos nossos).

O que está em jogo na escolha deste anafórico (sintagma nominal demonstrativo), cujo referente “procissão”(o desfile de atletas), não diz respeito à dificuldade de acesso o que justificaria a quantidade de informações e sua extensão na concepção da acessibilidade do referente. Mas há alguma coisa além da informação veiculada pelo anafórico. A opinião do sujeito (para o autor, o “locutor codificador”) sobre o desfile em conjunto dos atletas nas Olimpíadas, que está expressa no anafórico, mostra o caráter argumentativo de tal emprego.

Apotheloz, a propósito da escolha de um anafórico no acesso do referente, fala da oposição existente entre os sintagmas nominais definidos e os sintagmas nominais demonstrativos e sobre os trabalhos de autores¹¹, que, apesar das divergências quanto ao uso de um e outro anafórico, concordam que o emprego do demonstrativo nominal anafórico está relacionado à situação imediata (às questões enunciativas); ao contrário do sintagma definido, centrado no significado lexical da expressão.

O emprego de um definido anafórico no lugar de um demonstrativo, provoca, muitas vezes, segundo esses autores, uma espécie de “curto circuito” na compreensão do referente. A interpretação dos demonstrativos está relacionada a um domínio recentemente aberto no texto, independente de estabelecer ou não uma relação semântica, o que não ocorre com os anafóricos definidos. Esses, para sua interpretação, estão ligados semanticamente aos diferentes domínios que constituem a natureza de um texto.

Não é possível, portanto, a substituição de um pelo outro, conforme se constata no enunciado injuntivo “Passa-me **esta faca**/Passa **a faca**” produzido por uma mãe diante dos

¹¹Os autores no caso são, entre outros, Corblin, J. A. Hawkins, G. Kleiber e D. Kaplan, Marandin .

filhos que brincam com uma faca, uma vez que o que está em jogo no estabelecimento da referência é o caráter de perigo, fornecido mais pela situação do que propriamente pelo significado, implicando, aí, o emprego do anafórico demonstrativo.

A construção da referência “faca” repousa, neste caso, sobre uma propriedade da faca fornecida pela situação e por isso o emprego do demonstrativo e não do definido, porque este conta para a interpretação do anafórico a questão do significado lexical, enquanto que o demonstrativo com a questão da proximidade e é o que importa na identificação do referente.

Segundo o autor, os anafóricos demonstrativos não podem ser empregados como “anáfora associativa”, porque está em jogo o contexto imediato da situação (da enunciação), exigindo dos interlocutores maior atenção, e não o compartilhar de conhecimentos que faz parte de uma memória discursiva. Para esse tipo de anáfora cujo sintagma é o nominal definido prescinde a correferencialidade, sendo possível até o emprego dos pronomes, mas não dos nominais demonstrativos. É o que se constata a seguir:

Seis meses de suspensão para Vitor Savoia! O tribunal de Paris manteve somente o delito de porte de arma. Essa mesma com a qual o r[eu deu dois tiros no dia 18/08/78, na Córsega. No tribunal não existe nenhuma certeza de que uma *delas* tenha matado [...] (APOTHELOZ, p. 42).

Apesar de haver uma concordância entre esses autores, no que diz respeito à questão do acesso do referente e, aí, o emprego dos anafóricos definidos e dos demonstrativos, é preciso considerar também suas diferenças importantes, principalmente, em relação à análise de Marandin (1986).

Ao contrário dos demais, Marandin ressalta o papel dos anafóricos demonstrativos não se restringindo, como os outros autores, ao emprego das "anáforas fiéis"(Uma casa foi invadida pelos sem teto. A casa/esta casa...), um emprego, segundo Apotheloz, possível de estabelecer a correferência, ao contrário das anáforas infiéis, já que o referente é “lembrado”,

em razão do mesmo “nome lexical” (“casa”). Nas anáforas “infiéis”, quando a “forma de lembrança” é diferente daquela introduzida, é mais freqüente o uso de um sinônimo ou de um hiperônimo. (Uma casa foi invadida pelos moradores sem teto. A residência/esta residência ...).

Ao destacar o uso das anáforas infiéis e as nominalizações, a Perspectiva de Marandín (1986) amplia-se, tendo em vista o papel cada vez mais importante, dentre outros, dos aspectos enunciativos, conforme é o seguinte exemplo de nominalização. “O carro ecológico deveria ser para o carro o que a Wacht é para o relógio, um produto de alta tecnologia, distinto e econômico. Ninguém mais parecia acreditar **neste sonho ...**” (p. 38) (tradução e grifo nossos).

A propósito das nominalizações, segundo Apotheloz, elas podem ser consideradas não somente mecanismos que “lembram” a informação no segmento textual esquerdo, mas também contribuem para os aspectos de “construção do discurso”, exigindo, cada vez mais para sua interpretação, a presença do contexto comunicativo.

No que diz respeito à Teoria da Acessibilidade Marandín diferencia-se de Hawkins, Corblin e Kepler, porque procura interpretar o acesso ao referente sob diferentes perspectivas, entre elas a polifonia. Hawkins (1977) considera para a identificação do referente a Teoria da Localização do referente, destacando o que diferencia o emprego de um anafórico definido e um demonstrativo. O ponto central é identificar, primeiramente, um conjunto de objetos, no interior do qual, o referente poderá ser reconhecido sendo crucial para isso sintagma nominal ser definido ou demonstrativo.

O anafórico demonstrativo, ao contrário do definido, é neutro em relação a esse princípio da unicidade, por estarem em jogo os aspectos de atenção, de percepção por parte dos interlocutores. É a situação de enunciação que permite, por exemplo, identificar a caixa

visada, pressupondo outras caixas, diferente do que acontece com o processo de interpretação dos definidos anafóricos. Em “Passa-me a caixa” e “Passa-me esta caixa”, exige , em relação ao espaço intersubjetivo, diferentes motivações para se acessar o referente. O acesso de anafóricos, neste caso, está relacionado à situação.

Segundo o autor,

enquanto que para as expressões definidas, este espaço é delimitado e organizado pelo conjunto de conhecimentos supostamente compartilhados, no caso das expressões demonstrativas é pelos fenômenos puramente atencionais e perceptivos que são tributários do contexto de enunciação imediatos (APOTHELOZ, p. 59).

Na “Teoria dos Contrastes” de Corblin (1983/1987), “o texto é estruturado por diferentes domínios e a relação que se estabelece entre estes (“diferentes domínios”) e os anafóricos definidos e os demonstrativos não é a mesma” (p. 60).

A acessibilidade do referente vai depender da relação semântica entre o lexema da expressão anafórica e o lexema que abriu determinado domínio dentre os outros que constituem o texto. Isso para uma expressão anafórica definida, porém não ocorre o mesmo tipo de relação ao se empregar o demonstrativo cujo emprego diz respeito à “proximidade” deste anafórico ao domínio recentemente aberto.

A acessibilidade do referente, nesse caso, independe dos significados lexicais. Estes, conforme já destacado, produzem um “curto circuito” quando o acesso se faz pela “proximidade” e não pela relação semântica do anafórico em relação a um domínio aberto no texto. Em razão disso,

se os SN definidos identificam seu referente em virtude de uma relação lexical estabelecida com o nome introduzido, pode-se dizer que o “teto-lexical” funciona como um identificador . A relação semântica que os definidos estabelecem somente admitem variações pouco importantes: relações de identidade, sinonímia, hiperonímia (raramente hiponímia) . Os demonstrativos, ao contrário, conseguem localizar seus objeto em virtude de sua posição de proximidade estando seu teto lexical liberado dessa marca de identificação. Por isso funcionam como reclassificadores (APOTHELOZ, p. 61).

Na teoria da Circunstância de Avaliação de G. Kleiber e D. Kaplan, o acesso ao referente vai implicar preocupação não somente com o contexto esquerdo, mas, também, com o direito. É ele quem determina, através de uma avaliação entre os interlocutores, o emprego de um e ou de outro anafórico. O anafórico demonstrativo opera-se de maneira indexical, estando, por isso, diretamente relacionado ao contexto de enunciação, ao contrário do anafórico definido que se liga ao referente em razão de seu significado.

De acordo com essa avaliação, aos anafóricos demonstrativos não importa o que é predicado a respeito do referente. Ou seja, no exemplo, “Um avião se acidentou ontem. **O avião** vinha de Miami”, ao empregar um definido parece prolongar o que é predicado antes sobre o “avião”, enquanto que o mesmo não ocorreria através dos anafóricos demonstrativos. Sendo seu uso mais adequado se houvesse mudança no tempo verbal, como “Um avião se acidentou. **Este avião** liga habitualmente Miami a Nova York.” Como há uma mudança no tempo (no caso o tempo presente), há uma preferência pelo demonstrativo e, por isso, importando aqui também o contexto direito quanto à escolha do anafórico e, conseqüentemente, o acesso ao referente.

Marandin, no entanto, procura explicar o emprego do demonstrativo sob outra perspectiva de acesso ao referente, estendendo seu campo de estudo sobre os anafóricos definidos e demonstrativos. Destaca, além dos aspectos lexicais, como o emprego das anáforas infiéis, os aspectos enunciativos. Além disso, ressalta, também, a questão da polifonia que não está relacionada à questão da referência.

A propósito do trabalho de Kleiber (1986), Marandin afirma que o acesso ao referente é mais facilitado pelo anafórico demonstrativo do que o anafórico definido. Isso quando há mudança de ponto de vista. Como no exemplo a seguir, segundo o autor é preferível o demonstrativo, pois identificaria melhor a que “sagração” estaria ele, o enunciador, se

referindo ao contrário do anafórico definido. (Em 754, Etienne II coroou Pépin o breve rei da França. *A sagração* ia marcar o destino da dinastia do selo da ilegalidade.)

Esse emprego, ao contrário do outro, indicaria uma referência mais geral (genérica) “a de sagração em geral” e não especificamente a sagração a que o autor está se referindo, apresentando seu ponto de vista a respeito do referente (o fato histórico: a coroação do rei) . No exemplo, “Em 754, Etienne II coroou Pépin o breve rei da França. *Esta sagração* ia marcar o destino da dinastia do selo da ilegalidade.”

Para Marandin," a anáfora demonstrativa é uma condição da possibilidade de instaurar sobre o objeto um ponto de vista diferente daquele que presidiu sua introdução ou seu desenvolvimento anterior no texto" (APOTHLEOZ, p. 70).

Marandin, no entanto, não deixa de reconhecer a questão da acessibilidade do referente, mas também considera aspectos de ordem enunciativa, introduzindo, mais especificamente, aspectos enunciativos e, por fim, a polifonia, não deixando de destacar as diferentes vozes, importantes na interpretação dos anafóricos. O efeito da polifonia não se explica em razão da Teoria da Acessibilidade.¹²

Marandin não deixa de reconhecer que há outras funções no uso de um anafórico, além da referencialidade e destaca, mediante exemplos, que essas expressões polifônicas são sistematicamente constituídas de sintagmas nominais demonstrativos. E por isso, essa referência no presente estudo, pois ao centralizar a atenção sobre as nominalizações, procura-se através de tal função anafórica abrir espaço para a questão da descentralidade do

¹²A finalidade de Apotheloz ao questionar a Teoria da Acessibilidade é além de mostrar sua insuficiência, uma vez que tal concepção não consegue explicar o que determina de fato a diferença entre um e outro emprego haja vista que da necessidade de se considerar o contexto de forma mais abrangente e assim ser possível apresentar aquilo que denominará de Parâmetros de Análise dos Anafóricos.” Nesses parâmetros contará não somente com o contexto esquerdo, mas também com o contexto direito, justificando o emprego de um sintagma nominal definido e demonstrativo. Faz isso porque orienta-se em razão de uma tese de que um anafórico não se constitui apenas em marcador, determinando a continuidade referencial de um texto, mas sim de operador, determinante da progressão referencial.

sujeito e assim apontar a determinação do sociohistórico na produção escrita do discurso dissertativo.

Marandin ao falar que através do anafórico há diferentes formas de se observar o voz do outro nos discursos, exemplificadas no texto a seguir

Não há talvez grandes coisas de se esperar da psicanálise escrevia ele (Michel Leiris) em agosto de 1931, mas se pode sempre tomar isso como se tomaria aspirina. Qualquer que seja, Leiris recorreu a esta 'aspirina' e seu ingresso na análise foi preparado pelo tratamento de Jorge Bataille graças ao qual ele encontrou Adrian Borel (APOTHÉLOZ, p. 72) (grifo nosso).

Há dois discursos num só discurso: o relatado e o relatando. O emprego do anafórico demonstrativo marca a presença de outro no discurso, daquele que expressou sua opinião a respeito da psicanálise ("ele, Michel Leiris"). Além do autor do discurso, responsável pelo enunciado em questão que retoma as palavras de outrem, há o Michel Leiris, origem dessas palavras. É aquele considerado, segundo a concepção de Ducrot et al. (1980), a origem da enunciação.

A origem enunciativa constitui o sentido das palavras retomadas, no anafórico demonstrativo. Evidentemente, o efeito da polifonia também é marcado pela presença das aspas, sinalizando para o leitor a origem da enunciação. Assim, constata-se que o emprego anafórico demonstrativo não se restringe às teses anunciadas pela Teoria da Acessibilidade.

Além de demarcar a presença de outro (discurso) no discurso, é possível observar-se que o efeito da polifonia, através do emprego de um demonstrativo anafórico, também pode sinalizar certa distância do locutor em relação à informação que está sendo veiculada pelo anafórico. A opinião é de outro, não do enunciador em questão, conforme se observa no exemplo a seguir, marcado também pela presença das aspas.

O cartaz da Benetton exibindo um recém-nascido sangrando proibido em vários países europeus não será mostrado nem na cidade de Fribourg nem acredita-se, no distrito da Gruyère. Na Suíça, o combate contra esta 'utilização abusiva do corpo

humano para fins comerciais' tinha sido anunciado na última semana pelo Vaudois Félix Glutz, sob forma de uma queixa crime em cada dos cantos romanos (APOTHÉLOZ, p. 72) (grifo nosso).

Há efeitos de uma polifonia também no emprego dos sintagmas demonstrativos quando se está diante de uma referência opaca.¹³ Um contexto suscetível de ser opaco é aquele em que são relatadas direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, as falas, as crenças, as opiniões de outrem. Uma dúvida pode de fato se instalar quanto a saber se as expressões utilizadas para designar um referente são ou não de responsabilidades da pessoa cuja fala, crença são relatadas. Daí a opacidade, expressa no exemplo a seguir:

A Suíça se prepara para viver em 1991 um período de festividades patrióticas marcado por acontecimentos múltiplos, pela pretensão de uma originalidade na concepção, sem esquecer, apesar de tudo, a inscrição de valores conservadores e nacionalistas. Certamente, o projeto inicial dessas cerimônias, grandiosa e prestigiosa síntese histórica de tradição confederal das comemorações e das exposições nacionais e centrado na Suíça primitiva foi negado pelas populações em questão que não quiseram esta agitação (p. 73).

O sintagma nominal anafórico demonstrativo está inserido numa proposição cuja referência é opaca, pois não se sabe se tal emprego diz respeito realmente à opinião das “populações em questão” ou à opinião do enunciador do discurso.

A opacidade remete, segundo o autor, a duas operações: uma diz respeito à referência, indicando características próprias de uso por parte de quem enuncia e outra, à presença de outra voz justificando o emprego do anafórico demonstrativo.

uma relação puramente instrumental, a denominação sendo instrumento da referência e não outra; essa denominação ele mesma pode estar investida de uma finalidade própria, independente de seu funcionamento na referência (APOTHELOZ, p. 74).

Na obra, “*Desvendando os Segredos do Texto*” Koch, (2002), a anáfora é tratada a partir da “progressão referencial”. Essa mesma afirmativa é expressa por Apothéloz,: há

¹³Contexto opaco (QUINE, 1960) é aquele da referência opaca. Trata-se de se determinar se o conteúdo denotado pela expressão incriminada (conteúdo que permite identificar o referente) reflete o ponto de vista do relator ou da pessoa cujas opiniões são relatadas.

uma construção da representatividade do sentido do texto, incluindo aí um “contexto sociocognitivista”.

3.2.3 Anáfora e o caráter argumentativo

Embora se oriente por uma concepção referencial da mesma maneira que Apothéloz, Koch fala de uma referenciação (não de uma “referência”), a fim de conceber a questão das expressões anafóricas que, no seu entender, estão ligadas à progressão referencial que se produz a partir da oscilação entre dois movimentos no texto. Um é a procura pelo referente que se faz para trás (anáfora) e outro para ou para frente (catáfora). Eles indicam que a referencialidade não se constrói de modo linear. O sentido, em razão disso, é “a soma de elementos novos com os outros já postos em etapas anteriores, como se o texto fosse processado numa soma progressiva de partes”(KOCH, 1992, p. 64).

À luz de uma progressão referencial, Koch destaca, então, que as anáforas entre outras funções podem apresentar um caráter argumentativo, questionando muitos autores da LT que, preocupados com as restrições de seus empregos, desconsideram, segundo Koch, entre outros aspectos, as questões pragmáticas, interativas. Para essa autora e outros, inclusive Apothéloz, as anáforas estão relacionadas ao contexto sociocognitivista, destacando-se por isso as questões pragmáticas, interativas. Para ela:

[...] as funções das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva (KOCH, 2000, p. 106).

A questão argumentativa interessa, aqui, não para se tratar, evidentemente, de uma “recategorização” do referente, ocorrendo assim a progressão referencial, mas no que poderá contribuir para refletir os efeitos de uma exterioridade ideológica. Apothéloz ao

distinguir os SN definidos e SN demonstrativos, já ressaltava em seu estudo sobre a dinâmica textual, que os anafóricos poderiam veicular aspectos, além dos semânticos, os enunciativos (argumentativos, polifônicos). Koch, a propósito dessas diferentes funções dos anafóricas fala sobre “uma dimensão simultaneamente construtiva e intersubjetiva”. Há, segundo sua ótica, uma aproximação entre as questões da referenciação e a argumentação.

Para Koch, os sintagmas nominais definidos e demonstrativos caracterizam as formas nominais definidas e são tratados como nominalizações. Segundo a concepção de Koch, as nominalizações podem “recategorizar “o referente, apresentando um caráter argumentativo. No exemplo a seguir, o uso da metáfora permite perceber quais são os pontos de vista que estão em jogo no sintagma nominal definido:

Em artigo recentemente publicado pelo professor Marcos Cintra no Jornal da Tarde (1/11/00), verifica-se que os brasileiros são forçados a pagar cerca de 35% de impostos nos alimentos que consomem - enquanto que a média internacional é de 7%.

Isto é um verdadeiro absurdo! Um país que tem tantos recursos naturais e tanta capacidade de produzir safras agrícolas [...].

A *gula tributária* parece que não tem fim. Já ultrapassou a casa dos 30 % do PIB - quando países de renda mínima como o Brasil não passa de 24% [...] (p. 95).

No caso de uma “denominação reportada”, a argumentação fica evidente através do emprego das aspas (conotação autonímica) no exemplo logo abaixo, estabelecendo-se um distanciamento em relação à voz do outro. É o caso do anafórico demonstrativo, caracterizando por parte de quem está "narrando", expresso no texto a seguir:

Fernando Henrique Cardoso não gosta de ser chamado de neoliberal. Quando alçado a *essa “ofensa”*, responde sempre irritado, que defende um Estado forte, dotado de poder de regulamentação, que não se confunde com um estado desenvolvimentista, sempre inclinado a se meter onde não deveria [...] (p. 98).

Conforme Koch, aqui o demonstrativo anafórico presta-se mais que os definidos no que diz respeito à polifonia (“heterogeneidade discursiva”) como o discurso indireto livre e a denominação reportada.

Koch, destaca, ao falar das nominalizações, os “qualificadores: modificadores axiológicos positivos/negativos”. Ressalta que através das nominalizações é possível perceber a “orientação argumentativa” pretendida pelo autor do texto.

De que adiante reclamar da má distribuição de renda se os brasileiros não têm educação e saúde de qualidade, trabalho condigno e renda suficiente para fazer crescer suas famílias? Não é possível continuar com *essa retórica falsa e maldosa*. Isso afronta a razão humana e submete o povo e seus produtores ao sofrimento e à indignação.

O jogo terminou com a vitória do São Paulo. *A excelente exibição* feita pelo time mereceu o elogio de todos os cronistas desportivos.

A “recategorização referencial” é afetada pela argumentação, abrindo a possibilidade de se tratar os diferentes pontos de vista, então, as diferentes posições-sujeito que atravessam o texto e o constituem, conforme se constata nos exemplos acima e nos seguintes:

O possível uso de mísseis compostos de urânio empobrecido, de alto teor irradiativo, pela aviação norte-americana, sobre o território colombiano, poderá espalhar morte e doenças sobre a população brasileira e dos países vizinhos, tal como ocorreu com Iraque e em Kosovo, segundo pesquisas realizadas após os conflitos. *Esses fatos terríveis* poderão ocorrer se comprovarem as suspeitas [...].

O dossiê Caribe é mais um fato nebuloso do governo FHC e de alguns de seus amigos tucanos - acusados de manter contas secretas no exterior.

O lobby pró-governo abafou o caso. A mídia chapa-branca nunca se cansou de publicar que o dossiê era um amontoado de papéis forjados. É possível que a maior parte do papelório fosse mesmo fajuta. Mas e o resto? (APOTHÉLOZ, p. 104).

3.3 Anáfora e a perspectiva enunciativa e discursiva

Eduardo Guimarães (1995) ao apresentar, a partir de uma perspectiva enunciativa, a noção de texto, questiona justamente duas noções próprias da textualidade, preconizadas pelos estudos da Linguística Textual: a anáfora e a referências (dêixis), considerando-as efeitos de um interdiscurso (memória discursiva) no acontecimento enunciativo. É porque enunciação define-se em função do interdiscurso que a impressão de uma unidade,

normalmente, atribuída ao texto não passa do efeito de uma ilusão ("imaginária"), produzida por uma posição sujeito-autor.

Essa posição-sujeito ("autor") é aquela dentre as muitas posições enunciativas responsáveis pelos sentidos dos enunciados de um texto, mais afetada pela memória naquele momento de interlocução. Através dessa posição dominante entre os diferentes enunciados que constituem o texto é possível relacionar o texto ao discurso como resultante de um processo sociohistórico e não de uma "situação empírica". É em razão da "dispersão" de saberes que estruturam o interdiscurso que se determina a singularidade do acontecimento enunciativo. Para Guimarães,

esta posição assume como suas as palavras que de direito são do interdiscurso. E a condição para assumi-las é que elas se dão ao autor no acontecimento, que se mostra como singular, esquecendo o que de memória constrói o acontecimento, e, portanto, o texto. [...]. E por isso, o texto está inapelavelmente aberto à interpretação, que percorre as linhas da dispersão da memória. O texto como a enunciação, não diz respeito à situação. A situação como entidade empírica não organiza nada no texto (GUIMARÃES, 1995, p. 65).

Para demonstrar que a unidade do texto é relativa a um tipo de autoria afetada pela memória, Guimarães apresenta dois tipos de funcionamento textual: a coesão e a consistência. Segundo ele, "coesão diz respeito às relações que reenviam a interpretação de uma forma à de outra, numa seqüência de texto. A consistência diz respeito às relações que reenviam a interpretação de uma forma ao acontecimento enunciativo." (?) Através dessa demonstração, desloca a noção de textualidade de uma perspectiva da Lingüística Textual para uma outra, a da perspectiva enunciativa.

A partir do exemplo abaixo, Guimarães procura se orientar em razão desses dois tipos de funcionamento, tratar, por um lado, a anáfora e, de outro, a referência ou dêixis a fim de mostrar o quanto de uma memória histórica essas noções encobrem para que, em função de um situação comunicativa, se justifique o caráter empírico, normalmente atribuído à

noção de texto. No texto da Constituição do Império do Brasil, o autor expõe tanto a noção de anáfora quanto a de referência (ou dêixis) a um tipo de descrição que contribui para que se interprete um texto contando com um interdiscurso. Na seguinte passagem: “Art. 6 - São cidadãos brasileiros: 1 - Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação”(p. 66), o autor diz que não é possível estabelecer uma determinação entre o anafórico “os” e “cidadãos brasileiros”, já que a relação coesiva em causa é desse anafórico com a palavra “cidadão”, sendo que tal definição em nenhum momento, conforme diz o autor, é expressa no texto da Constituição. Está pressuposto para sua interpretação algo que vem de fora do texto. Não se confirma, portanto, que sejam suficientes as relações semânticas estabelecidas pressupondo apenas a referencialidade da linguagem. Conforme as próprias palavras de Guimarães,

O que é cidadão? [...] aquilo que cidadão designa é dado como conhecido, como anterior ao texto. [...] A ilusão específica do processo coesivo é a da montagem da unidade interna, própria a uma seqüência homogênea que começa e termina. Esse efeito de unidade opera pelo esquecimento de que o que se dá como texto só se interpreta levando em conta o que vem de fora, o interdiscurso (1995, p. 66).

No que diz respeito à “referência/dêixis”, o uso do pronome demonstrativo “os” (aqueles) justifica-se em razão de uma memória, já que ao indicar “generalidade” (os que não são estes, não são esses) é permitido uma substituição por pessoas, indivíduos cuja categorização é a mesma de “cidadão”. Embora o pronome “os” (ou aqueles) faça parte do presente do acontecimento enunciativo “São cidadãos brasileiros: os indivíduos que no Brasil tiverem nascido” é em relação ao interdiscurso, a um “pré-construído”, constitutivo na designação de “cidadão” que se identificará uma unidade de texto, não sendo suficiente para isso clássicas noções de anáfora e referência. Com relação à interpretação da anáfora deve-se resgatar não somente o presente do acontecimentos enunciativo, mas também o que do interdiscurso é necessário para atribuir sentido ao que está sendo dito.

3.4 Anáfora e a perspectiva discursiva

Indursky (1997), em seu artigo "Da anáfora textual à anáfora discursiva", trata o fenômeno da anáfora não sob a perspectiva da Linguística Textual, nem enunciativa, mas, sim, da Análise do Discurso de linha francesa. Para a autora, é possível colocar em xeque a identidade referencial de uma pronominalização, fazendo intervir elementos de uma exterioridade em que são mobilizados pressupostos teóricos e metodológicos específicos. No exemplo apresentado por Indursky, "[...] o alarido dos que diziam falar pelo povo, mas eram por **ele** repudiados" é possível considerar, a partir da pronominalização, aspectos discursivos importantes que não seriam interpretados caso o analista se restringisse puramente a uma observação da superfície textual.

Segundo essa autora, é necessário mobilizar princípios teóricos e metodológicos que dizem respeito à noção das condições de produção, procurando reconhecer as imagens que estão em jogo durante o processo de enunciação que determinam a interpretação de um anafórico discursivo. É importante, para o estabelecimento de tais imagens, identificar os lugares sociais em que estão inscritos os falantes no momento da enunciação, partindo de questões como estas: "Quem falava?" "Sobre o que falava?" "Quem repudiou o quê?" E além dos aspectos enunciativos, ou seja, do "intradiscurso" é possível também identificar, no momento da produção do discurso, aspectos pertencentes a uma memória. Tais aspectos são da ordem do interdiscurso, fazendo acionar as questões sociohistóricas.

No caso do exemplo anunciado pela autora Indursky ("alarido dos que diziam falar pelo povo, mas eram por **ele** repudiados"), a interpretação do pronome anafórico não diz respeito aos trabalhadores rurais que é o referente da palavra "povo", inserido na enunciação em determinado contexto de produção em que se comemorava o 16º aniversário da ditadura

militar, mas sim aos latifundiários cujos interesses foram protegidos durante esse período da História brasileira.

Tal interpretação é possível, tendo em vista que através da noção de “recorte” discursivo questiona-se a referência de povo e observa-se que o pronome “ele” retoma, de fato, “povo”, conforme diz a autora neste artigo. No entanto, é possível mediante questionamentos como quem falava? o que falava? quem repudiava o quê? observar uma contradição de posições, encerrando duas posições-sujeito diferentes na mesma enunciação. Uma delas diz respeito aos que diziam falar pelo povo e desejavam, portanto, a reforma agrária, indicando uma posição favorável aos trabalhadores rurais.

A referência “povo”, neste caso, são trabalhadores rurais. Mas, por outro lado, interpretar na mesma enunciação o emprego do pronome “ele”, sem reivindicar aspectos de uma exterioridade não seria possível, porque esse anafórico não tem a mesma referência que “povo” indicada na primeira parte do enunciado.

A tese de correferência abordada nos estudos da Lingüística do Texto não se aplica a esse caso, pois não é possível entender, sem buscar elementos da exterioridade, de que modo o “povo” que vai ser beneficiado pelas reformas vai repudiar aqueles que a defendem? Segundo a autora, há “uma aparente contradição”, já que se questiona outra referência para “povo”. Isso é possível, em razão da representação imaginária que o sujeito desse discurso projeta sobre o referente da palavra “povo”. E, aí, se fazem necessários os aspectos de uma exterioridade, porque “Povo” para esse sujeito também pode ter como referência “os latifundiários”, indicando outra posição-sujeito no discurso. “Estes tinham razões de sobra para repudiar as bandeiras reformistas que iriam de encontro aos seus interesses. (INDURSKY, 1997, p. 3).

O referente de “ele”, então, é encontrado na exterioridade, não estando explícito no contexto anterior esquerdo, conforme a definição da anáfora textual. Somente reivindicando uma referência exofórica para “povo” é possível entender o sentido do anafórico pronominal.

Essa análise foi possível tendo em vista não somente o contexto enunciativo (o intradiscurso), mas também os dizeres que já faziam, nessa época, parte de uma memória discursiva, mobilizando-se o interdiscurso. Uma análise puramente textual verificaria apenas a correferência do pronome com o referente "povo", não explicando a contradição apresentada no discurso. Como todo dizer já se encontra dito em outros discursos, ressignificando-se, uma análise baseada somente na superficialidade textual apresenta-se insuficiente. São os aspectos sociohistóricos e ideológicos que permitem constatar, no caso do exemplo de Indursky, a aparente contradição provocada pelo uso do pronome anafórico pessoal "ele".

A produção dos sentidos está calcada, portanto, nos princípios da intra e interdiscursividade. "Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos : o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)" (ORLANDI, 1999, p. 33).

Esses princípios são viabilizados, tendo em vista que a memória é constitutiva dos discursos. Há, em virtude disso, dois tipos de esquecimentos necessários para que o indivíduo consiga mobilizar seus dizeres, produzindo diferentes efeitos de sentido. Essa mobilização não é intencional, considerando-se que o sujeito diz respeito a um lugar num determinado quadro social.

O esquecimento n. 01 é o de caráter ideológico. É o da instância do inconsciente. Tem-se a ilusão de que se é a origem do que se diz. “Os sentidos apenas representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e pela nossa vontade” (p. 35). “E o esquecimento

n.02 é o da ordem da enunciação. É um esquecimento parcial, semiconscente, por permitir ao falante controlar o sentido, parafrazeando com suas próprias palavras para melhor explicar o que deseja dizer"(INDURSKY, 1997).

O indivíduo, devido a esses dois esquecimentos, assim como outros em determinado contexto social terá seus discursos controlados por regras que determinam o que deve ou não dizer, ocorrendo, assim, assujeitamento do sujeito à posição ideológica que não está livre de falhas, conforme as novas perspectivas da AD em que o contexto enunciativo também é determinante dos efeitos dos sentidos dos enunciados, possibilitando a ruptura de saberes e a polissemia. Os falantes têm apenas a ilusão de serem donos de seus dizeres, porque ao defenderem suas opiniões, confirmam, apenas, o que determinada ideologia de formação discursiva faz. Não há por isso, um sujeito individualizado, mas, sim lugares, posições-sujeito assumidas pelos falantes nos momentos da enunciação.

4 IRONIA

4.1 A ironia e a perspectiva enunciativa

A concepção de ironia, a partir de uma perspectiva discursiva, é fundamental para a realização da análise, uma vez que é o recurso (entre outros) a fim de se considerar o sentido de um texto. De acordo com uma tradição lingüística e retórica, a definição de ironia fundamenta-se, considerando-se uma oposição lógica, entre o sentido literal expresso no enunciado e o sentido figurado, expressão de uma exterioridade.

Tendo em vista tal concepção, o autores Brait (1996), em sua obra “A ironia em perspectiva polifônica”, Maingueneau (1996), em “Novas tendências em Análise do Discurso” e Orlandi (1986), em seu artigo, “Destruição e Construção do Sentido”, se insurgem contra a oposição lógica entre o sentido figurado e o sentido literal na definição de ironia. Através dessas suas pesquisas, contribuirão para que a ironia seja considerada em razão de um processo cuja origem, não se restringe, simplesmente, a uma oposição entre o sentido literal e sentido figurado, importando apenas o produto e não o processo originado na exterioridade discursiva.

É oportuno considerar-se ,aqui, definições sobre a ironia, sustentadas na perspectiva do enunciado, que refletem uma tradição lingüística cujo saber se baseia no princípio de comunicabilidade entre os falantes, como se outros aspectos de caráter social, histórico,

ideológico e até psicanalítico não interferissem no intercâmbio entre esses indivíduos. É esse princípio que orienta os estudiosos da Linguística a dar relevância a determinado tipo de literalidade, fazendo com que o estudo da não- literalidade (ou do sentido figurado) seja tratado de forma secundária, relacionado, na maioria das vezes, aos aspectos literários.

A ironia, incluída entre as figuras de linguagem (figura de pensamento) é assim definida por Ana Lessa, Cecília Guimarães, Hélio de Seixas, na obra "Figuras de linguagem – teoria e prática" (1988): "ironia é uma figura de pensamento que consiste em sugerir, pelo contexto, pela entonação, pela contradição de termos, o contrário das palavras ou orações que parecem exprimir"(p.50).

Ao longo do presente estudo, a ironia aparece, inúmeras vezes, relacionada à antífrase, conforme o dizer dos teóricos do discurso aqui destacados, os quais procuram, a partir de sua perspectiva de análise discursiva, questionar tal conceito. Já, Jean Dubois, na obra "Dicionário de Linguística" (1993), diz o seguinte: "dá-se o nome de antífrase ao emprego de uma palavra ou de um grupo de palavras com sentido contrário à sua verdadeira significação, por preocupação estilística, ironia ou respeito a um tabu [...]. Na frase - Esqueci esse bendito livre - bendito significa 'maldito' (p. 56)"

Brait, tendo objetivo principal tratar a ironia à luz de uma perspectiva teórica enunciativa, procura questionar a oposição sentido literal/figurado que está relacionado à antífrase, por considerar crucial a presença de um contexto da enunciação para que se produzam os sentidos no enunciado. Em razão disso, faz seu leitor se deparar com estudos cujos aspectos da argumentação, por exemplo, podem ser observados na concepção da ironia. Por isso, a referência à autora Olbrechts-tyteca (1974) que, embora a preocupação seja com o caráter cômico da ironia, destaca a necessidade de se observar na constituição dos enunciados, a presença do enunciador para se obter dos efeitos de sentido desejados.

São declarados “sinais do enunciador”, por exemplo, determinado tipo de vocabulário, chamando a atenção de um enunciatário : “superlativos”, “ arcaísmos”. Produz-se, através de tais recursos, o que a autora denomina de exageros (“Hipérbole”), o mesmo ocorrendo com uma “seqüência de perguntas” (“perguntas pseudo-ingênuas”), despertando a atenção do enunciatário para um questionamento desejado pelo enunciador. Segundo Brait,

a relação existente entre ironia e hipérbole, caracterizada como ‘uma técnica para assegurar o sucesso da ironia’, fica estabelecida, complementando-se com a técnica das ‘perguntas reiteradas’ que também podem desempenhar o papel da hipérbole irônica. As perguntas pseudo-ingênuas (que a autora não menciona, mas que retomam a estratégia de Sócrates) podem funcionar como argumentação indireta (1996, p. 53).

Nesse mesmo contexto da argumentatividade, a autora também destaca o estudo de Michel Meyer (1991), cujo trabalho de pesquisa denomina-se “interrogatividade na linguagem”, tendo a finalidade de questionar a separação entre sentido literal e figurado. Segundo Brait, para esse autor “é próprio da linguagem ser retórica ou argumentativa” sempre estando em jogo uma “questão” (“uma interrogatividade”) cuja resposta deverá indicar a solução de um problema facilmente apreensível (ou não) pelo enunciatário. Pensar a linguagem, nesses termos, ressaltando uma articulação necessária com um contexto enunciativo, torna-se produtivo, porque se afasta do princípio da comunicabilidade, que conforme se sabe, é insuficiente nos tratamentos dos sentidos.

O ponto de vista do autor é extremamente produtivo à medida que a delimitação da interrogatividade como presença constante na linguagem, quer da perspectiva formal, quer da perspectiva do uso, não apenas esclarece a inexistência de um discurso inocente, como também explicita a relação intrínseca que enunciadores e enunciatários estabelecem entre linguagem e questionamento (1996, p. 85).

Tendo como pressuposto, então, o caráter argumentativo da linguagem, no que diz respeito ao sentido literal, é o que pode ser inferido a partir do que está sendo enunciado. Ou seja, o enunciatário percebe o que está sendo questionado pelo enunciador ao estabelecer as

relações entre as “dimensões explícitas e implícitas”. Nesse caso, a autora ressalta que “a problemática é suscitada pela literalidade” (p. 87).

Quanto ao sentido figurado, não há essa possibilidade de se estabelecer tal relação, pois, o enunciatário não consegue, através do enunciado, perceber a questão que está sendo considerada pelo enunciador, tendo que contar somente com o exposto na literalidade. Em razão disso, o autor trata o sentido figurado como uma solução à problemática da literalidade, rompendo, portanto, com aquela separação entre os dois tipos de sentido, porque tanto para um quanto para o outro o contexto enunciativo torna-se constitutivo. Para Meyer,

a figuratividade só pode aparecer quando a afirmação suscita respostas que o enunciado não pode dar. [...] O sentido figurado é uma solução à problemática suscitada pelo sentido literal. O enunciatário deve, portanto, inferir, interpretar a partir da problemática proposta pela dimensão literal (MEYER apud BRAIT, 1996, p. 87).

Há uma reformulação, no que diz respeito à literalidade, porque ao sofrer os efeitos de uma enunciação, a literalidade não deixa de assinalar o caráter ambíguo da linguagem. Exige-se do enunciatário sempre sua inferência, porém, diferente do que ocorre com o sentido literal. No sentido figurado não há marcas passíveis de uma articulação entre as dimensões explícito e implícito, sendo necessário procurar entender o sentido do enunciado figurado na própria literalidade.

Essa é uma forma diferente, pode-se dizer, de recolocar o problema de que a dimensão explícita (ou literal) ao mesmo tempo que é simuladora e portanto ambígua, sinaliza de alguma maneira essa ambigüidade, esse convite a uma decodificação a mais, justaposta à que se apresenta lingüisticamente explicitada (MEYER apud BRAIT, 1996, p. 87).

Ainda no âmbito da argumentação, a oposição sentido literal/figurado, Brait, resgata a abordagem de Berrendonner (1982) sobre o “discurso reportado”, já encaminhando a discussão sobre a ironia à luz de uma perspectiva polifônica. Em razão da contribuição do trabalho desse autor e de outros (Sperber/Wilson, 1978/1981), Brait estabelece a relação

entre “ironia, intertextualidade, interdiscursividade”, abrindo a possibilidade de um tratamento discursivo, embora no contexto enunciativo.

Berrendonner, de acordo com as palavras de Brait, afirma haver inconvenientes ao tratar a ironia em função de uma contradição lógica. Ora porque, segundo esse autor, muitas vezes é preciso, para entendê-la, “observar o enunciado em questão não contém um fato de discurso reportado”. Além disso, “o enunciatário pode interrogar-se sobre o conhecimento referencial do enunciador bem como a avaliação que faz sobre a realidade, bem como comparar duas intenções interrogativas rivais” (1996, p. 88).

A ironia, assim, define-se em razão de uma contradição, mas de caráter argumentativo. O que está em jogo, no enunciado irônico, são pontos de vista cujos valores argumentativos se contrapõem. Conforme Brait (1996, p. 87) apud Berrendonner diz que

a questão que se coloca é justamente o fato de o mesmo enunciado poder ter muitos contrários, o que aponta novamente para a fragilidade da definição clássica de ironia (figura pela qual se faz entender o contrário do que se diz). Por essa razão, é possível aceitar essa definição desde que se entenda por contrário ‘o valor argumentativo inverso.

Há, portanto, uma “duplicidade enunciativa”, sabendo-se que a contradição, na definição da ironia, diz respeito a intenções argumentativas divergentes. Por isso, para Brait, os estudos de Berrendonner e Sperber e Wilson (1978) apontam para uma noção de ironia baseada em outra ótica, dada a importância de se considerar, para fins argumentativos, a existência de outros discursos na constituição da ironia. Brait tem a finalidade de mostrar, nesse seu trabalho, a relação entre “citatividade, intertextualidade, interdiscursividade”, procurando, dessa forma, o processo discursivo irônico. A autora faz uma breve referência a esses autores porque sua intenção é analisar a heterogeneidade de vozes na determinação da ironia. A ironia vai se configurar tendo em vista “uma enunciação

(E1) que enuncia um conteúdo que remete a uma outra enunciação (E 0), instaurada como primeira e passível de problematização" (p. 90).

Brait, através dos efeitos de uma heterogeneidade enunciativa, ameaça tratar a questão da ironia sob a perspectiva da AD de linha francesa. Em determinado momento, ao falar dos “mecanismos metaenunciativos” instaurados por Jacqueline Authier-Revuz (1982), diz que esta autora conseguiu tratar “o discurso entre o sistema, a ideologia , o imaginário e o inconsciente” (p. 104). No entanto, como Brait está interessada na concepção enunciativa da linguagem, destaca que a relação entre os sujeitos envolvidos na ironia manifesta efeitos de um contexto de caráter social. O que ela entende por discursivo é a relação entre enunciado e enunciação sob a perspectiva social de linguagem. “É a organização discursivo-textual que vai permitir chamar a atenção sobre o enunciado e, especialmente, sobre o sujeito da enunciação”(p. 105).

A “opacificação do discurso” de que Brait trata limita-se a esse tipo de relação intersubjetiva, deixando ao cargo do contexto enunciativo a explicação dos efeitos da dialogia, polifonia. A autora rompe, dessa maneira, com a visão clássica sobre a ironia, baseada na contradição lógica do enunciado. Conforme Brait: “A ironia é uma citação, ou seja, o ironista convoca em seu enunciado, sob forma de alusão ou de paródia, um universo axiológico (coletivo ou individual) estabelecido em outros discursos e com o qual ele não compartilha” (p. 106).

É essa a perspectiva discursiva de que trata Brait, ressaltando a importância dos outros discursos à medida que dizem respeito aos aspectos de um contexto enunciativo. Tratar, portanto, de uma relação entre citatividade, intertextualidade e interdiscursividade é fundamental para a autora, porque essa relação resgata aspectos de “conhecimentos compartilhado de caráter social , cultural”, determinando “o encaminhamento da perspectiva

discursiva confere à ironia traços que reiteram a [...] confluência enunciativa, enfim uma maneira de um discurso lidar com outros discursos para colocá-los ou colocar-se em evidência" (p. 107).

Apesar de situar a ironia a partir da perspectiva discursiva da AD francesa, Maingueneau (1996), em sua obra "Novas Tendências em Análise do Discurso", trata essa noção, do mesmo modo que Brait, em termos de uma "Heterogeneidade Mostrada", rompendo com a concepção tradicional da contradição lógica. Há, também, uma "Heterogeneidade Constitutiva", fazendo articular os pressupostos da AD francesa por colocar em jogo a questão das formações discursivas, fazendo com que um discurso sofra os efeitos de outros discursos e se produza, assim, seus sentidos.

A definição sobre ironia, pertencente à "Heterogeneidade Mostrada", baseia-se no "estranhamento de um locutor" frente à "insustentabilidade de um enunciado" (p.77). A questão da ironia explica, conforme Maingueneau, "o enunciado irônico faz ouvir uma voz diferente da do locutor, a voz de um enunciador que expressa um ponto de vista insustentável"(?) .

4.2 Ironia e a perspectiva discursiva

Orlandi (1986), em seu artigo "Destruição e Construção do Sentido", semelhante outros autores citados, baseia-se na crítica aos estudos sobre a ironia, no que diz respeito à oposição sentido literal/figurado. Distancia-se dos outros autores, no entanto, uma vez que considera a ironia a partir de uma perspectiva discursiva de caráter social e histórico.

A finalidade desse seu trabalho é mostrar para o seu leitor que é possível também fazer operar um "sistema de representações", mesmo quando, na linguagem, manifestam-se "processos de autodestruição do sentido" como é o caso da ironia que se fundamenta na

ambigüidade de sentidos. Segundo Orlandi, “a reflexão sobre a ironia leva-nos à compreensão de que, para o estudo da significação, importa tanto aquilo que é construção como processo de autodestruição do sentido. Em outras palavras: a destruição do sentido também é um processo constitutivo da linguagem” (p. 67).

Se, a partir de uma concepção discursiva-enunciativa, a ironia se constitui, conforme se relata acima, num avanço em relação a uma concepção clássica de linguagem, à medida que a apresenta em função de uma argumentatividade na linguagem e, por isso, um contexto interlocutivo, é, no entanto, através de uma concepção sociohistórica que será possível falar da linguagem no que diz respeito ao funcionamento de uma “des-construção do sentido” provocada pelos efeitos de sentido de um discurso que se revela a partir da ambigüidade.

Orlandi, ao tratar a literalidade do sentido como o efeito de um determinado discurso, rompe com a concepção teórica cujo objetivo é tratar o discurso em termos de “subjetividade de caráter empírico, psicológico, transparente a si mesmo” que motiva as teorias enunciativas. Em decorrência, Orlandi questiona a distinção entre “enunciação (enquanto ato de utilização da língua) e a constituição da significação (processo de produção do sentido)” (p. 82).

Conforme se constata em Brait, o sujeito enunciativo conta com a perspicácia de um enunciatário para que este compreenda os efeitos da ironia. Ressalta, para tanto, a necessidade de “conhecimentos partilhados de ordem pessoal, social, cultural.” Se “fala de um imaginário coletivo”, situa-o em termos desse tipo de conhecimento necessário entre os interlocutores para que compreendam os efeitos da ironia, confirmando-se, uma teoria construída a partir de uma subjetividade individualista, intencional, criticada pela AD de linha francesa, tendo em vista o caráter sobredeterminante da ideologia.

É, de acordo com uma concepção social de discurso, que autores da enunciação estabelecem uma relação entre linguagem e contexto enunciativo. É assim constróem uma teoria da significação, conforme diz o seguinte: “constata-se que a busca em torno de uma teoria da significação, em torno do discurso e da enunciação, encontra um lugar comum para os seus impasses” (BRAIT, 1996, p.103). Somente nesses termos essa autora trata dos processos metaenunciativos de Authier (1982), demonstrando que a ironia pode explicar em razão de uma heterogeneidade de discursos diferente daquela, sobre a qual fundamenta-se Orlandi, nesse seu artigo.

Quando estabelece a relação entre “literalidade e discurso”, Orlandi procura ressaltar, antes, que não é possível tratar a significação da ironia em termos de uma separação entre um sentido literal/figurado e incluir os aspectos discursivos de caráter sociohistórico da AD. A propósito disso, é que faz referência ao estudo de Wilson Sperber (1978) sobre a ironia, tratando-a em função de uma “menção-ecóica” (“menção com eco”). Wilson e Sperber reivindicam “aspectos semânticos, pragmáticos e retóricos” que estariam na definição do sentido figurado. Orlandi resalta a importância desses autores em relação ao rompimento com uma tradição retórica clássica e aproveita-se da noção “menção-ecóica”, para falar sobre a propriedade da “dissonância” determinante no processo de constituição do discurso irônico.

De acordo com essa concepção de ironia, ao mesmo tempo que há a identidade de um “discurso institucionalizado” no eco, também há um estranhamento, um distanciamento. Ou seja, coloca-se em jogo o que está já estabelecido, provocando, dessa forma, rupturas, dada a possibilidade de se constatar outras formas de representação da realidade, ameaçando, portanto, a “estabilidade” do já instituído. Aí, entra a “dissonância” como uma propriedade cuja natureza se expressa através da repetição e da ruptura, diferença, constituindo-se, os aspectos fundamentais no propósito de se analisar os efeitos do discurso irônico.

É fundamental, antes de tratar a ironia discursivamente, entender, que a literalidade de um sentido se produz em razão do “efeito ideológico de um discurso”. Dentre os diferentes discursos cujos saberes podem se manifestar durante a interlocução dos sujeitos, há um dominante, estabelecendo-se, aí, o “o estatuto da literalidade” do sentido. Conforme Orlandi,

não há, de antemão, um sentido do qual derivam os outros. Há vários sentidos em seus usos diversos. Dado o processo de institucionalização dos sentidos na interlocução, pela relação existente entre as diferentes formações discursivas, um se torna dominante e adquire o estatuto de literalidade ((PÊCHEUX, 1975, p. 76).

Questões importantes ao redor dessa noção de literalidade comprovam o caráter de “instabilidade” do sentido da linguagem. No processo de interlocução dos sujeitos, os saberes de outros discursos estarão sempre colocando à prova a legitimidade de um saber dominante. Por isso, explica-se o sentido da linguagem em razão de dois processos: parafrástico e polissêmico. “São eles os responsáveis pelo limite impreciso e instável entre a pluralidade de sentidos possíveis e a permanência de um ‘mesmo’ sentido em suas várias formas”.

Inexiste, portanto, a idéia de um sentido fixo, imutável, preciso, determinando a literalidade. Para o sentido se constitua estará sempre em jogo uma “dinâmica de saberes” que o sujeito, durante as diferentes instâncias de interlocução, vai colocar à prova legitimando-o (ou não). Conforme Orlandi, “o falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, mas institui uma relação dinâmica com os sentidos nas diferentes instâncias de interlocução”(p. 77).

O sentido ao se constituir através do uso, os sujeitos acabam, produzindo “recobrimentos, deslocamentos em relação ao que está e ao que não está institucionalizado”(p. 77). Se a “história “afeta a literalidade é porque se coloca em jogo a “ideologia e o inconsciente”, deslocando-se daquela idéia de que haveria, por parte dos

sujeitos, um controle determinando o sentido de seu discurso. “Haveria um movimento tal de sentido na linguagem que escaparia ao controle de seu uso. Inconsciente e ideologia - duas manifestações da história - impulsionariam o homem ao uso da linguagem (Orlandi, p.78).

Assim sendo atribui-se à “literalidade” um caráter de incompletude, pois para que ela se estabeleça, não somente estão em jogo os demais discursos (a história), mas a situação enunciativa. “Sua incompletude se funda no fato de que todo o discurso tem relação com os outros discursos (intertexto) e com a situação em que é produzido.

Somente considerar a literalidade sob o efeito dominante de um discurso Orlandi tem condições de explicar a ironia em termos “um estado de mundo que se diz irônico”. Assim, é possível falar-se em um tipo de discurso cujo processo de representações se constitui a partir da ambigüidade que coloca em xeque a legitimidade de um saber e ao repetir esse saber, produz um efeito de estranhamento, distanciamento: “dissonância”.

Em razão disso, a ironia caracteriza-se da seguinte maneira, conforme Orlandi: “diríamos que, na ironia, joga-se com a relação entre um estado de mundo tal como ele se apresenta já cristalizado - os discursos instituídos, o senso comum - e outros estados de mundo. Essa é a característica básica da ironia” (p. 84), distante, portanto, de uma concepção da retórica que trata a ironia como um “desvio” do sentido. Tendo em vista que a ironia está relacionada ao sentido figurado, ela é o “próprio lugar do estabelecimento de um processo de significação do discurso irônico”, diz Orlandi: reivindica para tanto, um processo de significação que se fundamenta “na dúvida, na incerteza”, sabendo-se que através da repetição há rompimentos, colocando-se em jogo saberes cujos discursos se diferenciam. Conforme Orlandi, “a particularidade da ironia é a que se beneficia da dúvida, de tal forma que a própria auto-referência produz a incerteza, pois é esta que constitui a

eficácia de suas dimensões" (p. 85). Dado esse distanciamento crítico (“dissonâncias”) que se produz na linguagem é possível tratá-la, segundo essa autora, “sob o ponto de vista dos interlocutores, do referente e da própria linguagem.”

Do ponto de vista dos interlocutores, a ironia evidencia-se através de um efeito “polifônico”, já bastante considerado por Brait (1996), pois o locutor produz um “distanciamento crítico” em relação a um “quadro de representações” que acredita ser de seu interlocutor. À medida que se antecipa ao outro, mostra-se diferente, produzindo-se, aí, rupturas, distanciamentos, dissonâncias. Conforme Brait, “o que caracteriza a relação entre locutor e destinatário é que, no jogo de antecipação, o locutor faz eco à representação que atribui ao seu interlocutor, mas o faz para indicar sua diferença. Trata-se de uma relação de discordância (real ou imaginária)” (p. 86).

Há um distanciamento crítico em relação ao referente, à medida que se relativiza a noção de “senso-comum” e colocam-se em jogo outros discursos. Rompe-se, dessa maneira, com o instituído, instaurando-se outros “estados de mundo”, cujos discursos dispõem de outras representações da realidade. “A dissonância, afirma Brait deve ser “observada em relação à cultura e à ideologia.” Em verdade, a ironia vai colocar em xeque os “modelos socioculturais” que fazem parte de uma sociedade.

A ironia, ao se constituir, estabelece uma oposição ,ou pelo mesmo um paralelo, um mecanismo de comparação com um modelo. Modelo que se situa em domínios variados como o dos tipos de discurso (religioso, jurídico) ou da autoridade constituída (poder, política, escola, igreja, exército), ou com a adversidade (morte, miséria, doença) [...] (p. 89).

Há uma crítica às representações dos discursos dos interlocutores, do senso - comum e assim também em relação à própria literalidade. “Podemos vê-la como chiste. A ironia mostra que há um uso da linguagem que se volta para ela mesma (ORLANDI, p. 88).

A literalidade, portanto, está relacionada ao discurso dominante. Através da ironia se faz um jogo com a própria linguagem. Volta-se contra si mesma, fazendo-se operar processos de significações “dissonantes” quando, o que está em “jogo”, na ironia, são as representações dos interlocutores ou do senso comum. Nesses termos Orlandi diz que “a ironia pergunta pela própria linguagem. Atenta contra sua ‘integridade’, ou seja, contra seu produto instituído. Dessa forma, podemos tomar a autodestruição da linguagem como funcional” (p. 89).

5 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

De acordo com a perspectiva da análise discursiva, o trabalho de investigação da linguagem baseia-se na possibilidade de se constatar, mediante procedimentos próprios desta disciplina, “gestos de interpretação” e, ao contrário de uma análise puramente lingüística, procura considerar o sujeito e o sentido sob uma dimensão sociohistórica.

Há, para isso, dispositivos teóricos da AD que possibilitam ao pesquisador compreender os sentidos que estão em jogo na constituição do texto no momento de sua enunciação. Através, desses dispositivos, há a identificação da unidade textual vinculada a um discurso, objeto de estudo do estudioso desta área. Tanto a linguagem quanto à história se constituem em razão de uma materialidade própria que o analista não deverá desconhecer se deseja “compreender” os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso e constatar a dimensão sociohistórica no estabelecimento do sentido e do sujeito.

A AD rompe com uma concepção de leitura que, dissociada do poder da ideologia sobre os falantes, não consegue identificar que a evidência do sentido é apenas efeito de um discurso, questionando, dessa maneira, a forma como se constitui a interpretação dos textos em outras correntes teóricas. A AD visa “teorizar a interpretação”, considerando-se que entre a linguagem e os fatos há um processo ideológico determinando a interpretação da realidade, fundamental para que o analista tenha condições de mostrar como o discurso se

textualiza e identificar, através do texto, quais os sentidos que estão em jogo no momento de sua enunciação.

Há, nos dispositivos teóricos da AD, “novas práticas de leitura”. A análise do discurso conta, em razão disso, com dois processos essenciais na identificação do discurso: o parafrástico e o polissêmico. O primeiro diz respeito à memória que deixa seus vestígios, refletindo-se na produção dos enunciados e está relacionado à repetição do discurso; o outro processo causa rupturas com essa memória do dizer e, por isso, remete a novas possibilidades de produzir sentido, fazendo com que se identifiquem sempre, outras formas de interpretar a realidade. Para Orlandi (1999), a interpretação somente é possível porque existe a tensão entre a paráfrase e a polissemia. Segundo essa autora, “toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiações dos sentidos é entre o mesmo e o diferente que o sujeito e o sentido se movimentam, se significam”(p. 36).

A tensão entre esses dois processos, o parafrástico e o polissêmico, determina o caráter de incompletude da linguagem. Conforme Orlandi, “a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição [...] e a polissemia é a fonte da linguagem, ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos - e os sujeitos não fossem múltiplos, não haveria necessidade do dizer”(p. 38).

A memória é fundamental na constituição do discurso e são, também, as condições de produção das enunciações dos sujeitos. As imagens que orientam os interlocutores em suas enunciações são determinadas ideologicamente. Tais imagens que fazem um do outro são necessárias para que se constate a “espessura” da linguagem, motivando o trabalho do analista que vê o sujeito e o sentido sob efeito da sobredeterminação ideológica.

Geralmente, toma-se como verdadeira uma realidade quando o que ocorre não passa de um efeito ideológico, sendo, pois, manifestação de uma prática discursiva. Por isso, o

“gesto de interpretação” é apreendido pelo analista, contando com regularidades do discurso, a paráfrase, e com uma ruptura, a polissemia. Por isso, sentido e sujeito ressignificam continuamente. Descrever de que maneira a história se faz presente na constituição dos sentidos é o trabalho do analista diante de um texto. O processo de apreensão dos sentidos para acontecer, pressupõe uma ideologia e o esquecimento. Isso para que os sujeitos na ilusão de serem a fonte do seu dizer, consigam se constituir, isto é, manifestando o seu assujeitamento a uma ideologia. O esquecimento, de caráter inconsciente, mantém relação intrínseca com a ideologia, sendo fundamental para que ocorra a interpretação do discurso.

O sujeito é tomado pela ilusão de que domina o sentido de seu dizer. Não tem, em verdade, o menor controle sobre os outros dizeres que se manifestam, necessitando-se para fins de análise considerar a Formações Discursiva (FD). Conforme Orlandi, “as diferentes formações discursivas no texto podem ser de diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação (p. 57).

As FDs são “configurações específicas de discursos” que recortam o interdiscurso, por isso, a contradição ser uma característica fundamental do sentido e do sujeito. As fronteiras entre as FDs que fazem parte do interdiscurso são instáveis, configurando-se e reconfigurando-se, a todo o momento, a relação do dizer com a ideologia dominante. Por meio dos estudos em AD consegue-se questionar a noção de literalidade, tendo em vista que os sentidos da linguagem, identificados com determinado discurso, poderão ser outros.

A todo o momento os falantes, ao produzirem seus enunciados, provocam “uma mexida nas redes de filiações históricas”(ORLANDI, p. 1999), fazendo refletir que o real do sentido se caracterize pela contradição constitutiva do interdiscurso. Em razão da contradição de saberes que determinam a natureza da memória discursiva há possibilidade

de serem constatados os “gestos de interpretação”: os sentidos podem ser outros. Para Orlandi “se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos” (p.37).

A linguagem e a ideologia apresentam uma materialidade passível de ser constatada através das falhas, dos equívocos, pois, considerando-se o caráter fortuito do discurso em sua relação com os outros no interdiscurso, que a noção de metáfora junto à de paráfrase serão determinantes no trabalho de todo o analista de discurso. Conforme Orlandi, “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante [...] a interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social” (p. 47).

Assim o sujeito submetido a uma ideologia dominante coloca-se como alguém que controla o sentido de seu dizer, porém o que acontece é um esquecimento de sua condição de assujeitamento, necessário para que ele consiga produzir os sentidos. Sem se dar conta, o sujeito “esquece” a relação sempre presente entre o simbólico e a história e, aí, a evidência do sentido não passa de um efeito da ideologia na relação do homem com o seu contexto. Essa relação é imaginária. Segundo Orlandi, “é o trabalho da ideologia produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições existências” (p. 46).

Identificar o sentido do discurso é não desconsiderar o trabalho da ideologia na relação entre o homem e o mundo que se reflete através da linguagem. Como Orlandi diz, “nem a linguagem nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm materialidade e se constituem em processo em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (p. 48).

Em razão disso, é preciso tratar a subjetividade em torno de uma memória, porque o que está em jogo na identidade de um sujeito não é sua individualidade, mas, sim, a discursividade. Mas ao se submeter aos efeitos da ideologia o analista deve considerar, para tanto, o caráter contraditório do interdiscurso e, aí, a possibilidade de novos sentidos. De acordo com as palavras de Orlandi, “se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto, escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslizamento é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras palavras” (p. 53).

Para se chegar à compreensão do funcionamento do discurso é preciso que se precise do dispositivo analítico da AD para assim “atravessar o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito (investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade” (p. 61).

É fundamental entender que o texto para se constituir como uma unidade de sentidos é necessário referir a um discurso. Segundo as palavras de Orlandi, (1999) “para a análise de discurso, o que interessa não é a organização lingüística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo como o texto funciona como objeto simbólico” (p. 69).

É através de uma regularidade produzida sob o efeito de um discurso na constituição do texto que há a possibilidade de se estabelecer o efeito de sentido. E, por sua vez, o quanto a questão ideológica encontra-se representada na linguagem e determinando a materialidade da linguagem e da história.

A unidade do texto não deixa de ser um efeito do discurso que se constitui na dispersão dos textos. Isso porque, conforme Orlandi, “em um texto não encontramos apenas uma

Formação Discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias Formações Discursivas que nele se organizam em função de uma dominante" (p.70).

O discurso se “realiza na dispersão de textos e os textos na dispersão do sujeito”. É necessário compreender-se isso, tendo em vista as diferentes FDs que o constituem. Se a finalidade é mostrar que o texto se explica em razão de uma historicidade, o analista deve identificar regularidades do discurso. Para isso, seu trabalho se constituirá no processo de des-sintagmatização lingüística, procurando, primeiramente, reconhecer, naquele dizer, outros possíveis e, dessa maneira, perceber qual é o objeto discursivo que está em jogo no sentido do texto: de que maneira o dizer manifesta o saber de uma FD que mantém com outros diferentes tipos de relações no interdiscurso. Tem-se, a partir desse momento, a des-sintagmatização discursiva, fundamental para que o analista perceba, nessa etapa, o processo discursivo, os diferentes efeitos de sentidos, identificados a partir de regularidades enunciativas, e a constatação do processo de sobredeterminação ideológica: o funcionamento do discurso no sentido de um texto.

Para a realização do trabalho de análise, é necessário observar alguns conceitos fundamentais situando-os, portanto, na perspectiva da AD de linha francesa: o de campo discursivo e espaço discursivo. O campo discursivo da presente pesquisa é o discurso pedagógico, considerando-se que a análise dos processos de nominalização anafórica se estabelece em redações dissertativas realizadas no vestibular de inverno de um centro universitário da grande Porto Alegre, no ano de 1999. Tendo em vista a natureza do discurso pedagógico, a instituição procurou observar na produção dissertativa do aluno além da capacidade de argumentar um ponto de vista, a questão ética que norteia a perspectiva de ensino que fez com que o candidato se inscrevesse e desejasse fazer o vestibular nessa universidade. O espaço discursivo, por sua vez, se constituiu na proposta dissertativa e nas redações dos alunos. A proposta dissertativa baseia-se num artigo opinativo, cuja finalidade

é argumentar sobre o crime praticado por jovens, em Brasília, cuja vítima foi um índio Pataxó. O texto, na verdade, acompanha o seguinte tema: “Educação Liberal : uma escala de valores para a juventude”, destacando quais são os saberes que estão em jogo na constituição desse tipo de discurso.

O índio Pataxó, Galdino Jesus dos Santos, 44 anos, participava junto de outras lideranças indígenas, de manifestações que reivindicavam às autoridades do Distrito Federal garantias legais para suas terras, às vésperas do Dia do Índio. Havia, naquele mês de abril do ano de 1997, uma programação que reunia delegações de índios a fim de assegurar-lhes seus direitos sobre as suas terras. O índio Pataxó, Galdino, ao retornar de uma confraternização, na noite do dia 18 de abril, perde-se e não consegue chegar a tempo de encontrar aberta pensão onde se hospedava. Resolveu dormir em uma parada de ônibus sendo vítima de cinco jovens de classe média alta que ao passarem de carro, resolveram jogar combustível a atear fogo no índio. Outros jovens que testemunharam o ato criminoso socorreram a vítima levando-a para o pronto-socorro. Não resistindo, Galdino Jesus dos Santos faleceu na madrugada do dia 19. Na delegacia, onde os jovens acabaram confessando o ato criminoso defenderam-se dizendo o seguinte: “- queríamos apenas nos divertir”, “pensávamos tratar-se de um mendigo, não de um índio”, causando grande estupefação por parte das pessoas em geral.

Partiu-se da análise da ironia, presente nessa proposta, para se identificar quais são as FD(s) que fazem parte do discurso pedagógico em questão para, posteriormente, focalizarem-se em outra, realizada nove seqüências discursivas de referências (SDR), selecionadas através da noção de recorte que, segundo Orlandi (1987), é “unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem e situação”. Assim, tem-se a finalidade de verificar, através dos processos de nominalização anafórica, as diferentes posições-sujeito e a possibilidade de se identificar, através dessas pistas lingüísticas, o assujeitamento (ou não) do sujeito.

6 ANÁLISES

6.1 Análise da proposta dissertativa

Pretendendo-se refletir sobre o processo de significação discursiva, a análise ora apresentada procura descrever quais são os funcionamentos discursivos determinantes de regularidades enunciativas nos enunciados cujos efeitos de sentido são cruciais na constituição do texto que motiva a redação dissertativa do vestibular. Tenta-se identificar quais são os saberes do interdiscurso, relativos a determinadas FD(s), que constituem os sentidos da proposta da redação dissertativa.

A ironia é um tipo de discurso que se constitui, conforme as palavras de Orlandi (1986), em função da dúvida, da incerteza, articulando, através de sua ambigüidade, saberes de discursos cuja origem se diferencia, se distancia. Produzem-se, assim, “dissonâncias”. É contando com tal propriedade, que a autora define como um princípio de estruturação textual, onde operam funcionamentos de diferentes ordens. A autora, baseando-se em P. Haidu (1978), diz que "a ironia funciona então como um princípio de estruturação textual em que há uma dissonância produzida pela repetição e pelo deslocamento simultâneo" (p. 89). Ao mesmo tempo em que há, na ironia, a repetição de um saber, também há o deslocamento desse mesmo saber, instaurando-se, por isso, a dúvida, a incerteza, criando a ambigüidade.

É importante destacar-se que o discurso em questão é o pedagógico, cujo modo de funcionamento aponta para a repetição dos sentidos. A reversibilidade de papéis entre os interlocutores é, praticamente, inexistente. É considerado um discurso autoritário, ao contrário dos outros tipos de discursos cujos funcionamentos permitem a reversibilidade de papéis entre os falantes e com isso há as novas possibilidades do dizer. A tendência à repetição de determinados saberes do interdiscurso vai se refletir, portanto, nas diferentes instâncias das atividades escolares.

É fundamental entender a importância do caráter sobredeterminante do interdiscurso no funcionamento discursivo. Todo o dizer, para ser constituído de sentido, necessita ser referido às Formações Discursivas (FDs). Através delas se pode compreender o funcionamento discursivo de um texto em determinado momento de interlocução, porque são elas que estabelecem, com a Formação ideológica, um tipo de relação: “de aliança, neutralidade aparente, antagonismo”.

No contexto interlocutivo, em que se materializam os saberes das FD(s), há projeções de imagens que os falantes fazem uns dos outros e das diferentes circunstâncias em que estão envolvidos. Essas imagens participam dos efeitos de sentidos linearizados lingüisticamente, pois elas também sofrem a sobredeterminação de uma Formação Ideológica (FI). Tratar a subjetividade nos enunciados é relacioná-la a determinada posição-sujeito, uma vez que ela diz respeito aos lugares sociais historicamente legitimados, produzindo o sentido do discurso naquele momento de interlocução. Em razão disso, diz Orlandi:

Os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dissemos tem, pois, um traço ideológico. E não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e a ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (1999, p. 43).

Uma FD se constitui de várias posições-sujeito, tendo em vista que a articulação necessária com as condições de produção faz com que os indivíduos, através de seus discursos, revelem-se mais diretamente dominados a uma FI, outras vezes nem tanto, determinando-se, aí, talvez, a possibilidade de rupturas com o discurso dominante. Conforme Orlandi,

todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos [...] essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra produzimos uma mexida na rede de filiação de sentidos, falamos com palavras já ditas (p. 36).

Como se sabe, a ironia constitui o sentido do texto que faz parte da proposta dissertativa do vestibular aqui analisada. Constitui, por isso, o ponto de partida no trabalho de análise dos enunciados, pois, coloca em jogo discursos de diferentes ordens. Em uma perspectiva enunciativa, eles são necessários para a compreensão do enunciatário. Ressalta-se, com isso, o poder estratégico do enunciador que, diante do enunciatário, procura argumentar um ponto de vista a respeito de uma questão, valendo-se da ironia. Destaca-se, em razão dessa linha teórica, o caráter argumentativo irônico, em oposição à perspectiva lingüística que reduz o dizer à mera troca de informações.

O enunciador deve contar com a perspicácia de seu enunciatário que percebe, por exemplo, os efeitos irônicos que uma seqüência de perguntas pode produzir. O enunciado, dessa maneira, consegue manifestar o seu desejo de crítica a respeito de um assunto. São as chamadas perguntas “pseudo-ingênuas” que, ao se produzirem, não têm como escopo a solicitação de um pedido de informações por parte do enunciador, mas através da repetição e do efeito de um exagero orienta o enunciatário no sentido de perceber a argumentatividade de suas palavras. Faz com que o enunciatário considere questões além daquelas expressas na superfície dos enunciados e os aspectos discursivos em que são produzidos. Não é

possível, em razão disso, tratar a ironia simplesmente como uma “figura pela qual se faz entender o contrário do que se diz”.

Portanto, a contradição, baseada em proposições lingüísticas que fundamentam a definição clássica de ironia, não é suficiente. Há também, outros aspectos que devem ser considerados para a compreensão do enunciatório. Ela pode ser compreendida, por exemplo, em função do “discurso reportado”, sendo determinante o enunciatório perceber os efeitos de diferentes discursos na definição de um sentido irônico do enunciado. A ironia, assim, faz ouvir outras vozes cujos valores argumentativos se contradizem, podendo, dessa maneira, ser definida a partir de uma exterioridade enunciativa. Desloca-se, portanto, de uma perspectiva, restritivamente lingüística para outra, a enunciativa. Brait (1996) diz que “o ironista convoca em enunciado, sob a forma de alusão ou de paródia, um universo axiológico (individual ou coletivo) estabelecido em outros discursos e com o qual ele não compartilha”. (p.106).

Maingueneau (1996), por sua vez, discorre sobre a importância de outros discursos na constituição dos enunciados irônicos, ressaltando, assim como Brait, o caráter discursivo da ironia. A ironia é também apresentada em razão de seu caráter argumentativo. Há um “locutor”¹⁴ que assume as palavras de um enunciador, mas não o ponto de vista que elas representam. Considera, dessa forma, a insustentabilidade do ponto de vista do enunciador que deve provocar um efeito de distanciamento em relação à opinião do locutor. Caso

¹⁴Tendo em vista os pressupostos teóricos de Ducrot (1987), Maingueneau (1996), apresenta os seguintes conceitos para locutor enunciador, determinando por isso o caráter polifônico da ironia. “Por locutor entende-se um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável. Trata-se de uma ficção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado; eu assino um formulário preparado pela Administração, do tipo eu abaixo-assinado, declaro [...]”o eu do locutor deste texto sou eu mesmo e, no entanto, não sou seu autor efetivo. O enunciador representa, de certa forma, frente ao “locutor”, o que o personagem representa para o autor em uma ficção. Os enunciadores são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que lhes possa atribuir palavras precisas; efetivamente eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. O locutor pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diversas da sua” (p. 77).

contrário, se não se estabelecer esse distanciamento os dois pontos de vista se confundirão, não sendo possível produzir-se a ironia.

A perspectiva de Orlandi (1986) amplia a discussão em torno da ironia, tendo em vista que vai tratá-la em função de diferentes saberes que fazem parte do interdiscurso, assegurando, dessa maneira, o sentido do discurso. Essa concepção de ironia afasta-se, portanto, das perspectivas anteriores: a exterioridade, revelada no discurso dos falantes, é de caráter sociohistórico. Há, nos enunciados irônicos, diferentes posições-sujeito que identificadas com determinados saberes do interdiscurso apontam o sentido do discurso do falante. Discurso esse cujo processo de significação se constitui a partir da diferença que se estabelece entre “dois estados de mundo”.

Em razão dessa diferença, a autora, ao destacar o fenômeno da “menção-ecóica”(menção com eco), fala sobre a possibilidade de considerar não somente a construção, mas também a desconstrução do sentido na linguagem. Há na ambigüidade constitutiva da ironia, algo que se repete e que, ao mesmo tempo, se rompe, conforme já se considerou, colocando em jogo saberes cujos funcionamentos discursivos remetem para saberes de diferentes FD(s) determinando os processos de significação da ironia. Por isso, o caráter da dúvida, da incerteza, em razão da dissonância própria da ironia.

A ironia, nesses termos, pode ser considerada a partir da perspectiva dos interlocutores. O locutor, ao ironizar, faz eco àquilo que acredita ser um “quadro de representações” de seu interlocutor, produzindo, dessa maneira, um “distanciamento crítico”. Assim, é possível compreender, através dos efeitos do “non-sense, do insólito, da ruptura”, um processo de significação, fundamentando os efeitos de sentido de um discurso irônico. Segundo Orlandi, “o que caracteriza a relação entre locutor e destinatário é que, no jogo de antecipação, o

locutor faz eco à representação a seu interlocutor, mas o faz para indicar sua diferença" (p. 86).

Tendo em vista o caráter determinante do interdiscurso é que se parte para a análise das seqüências discursivas (SD) irônicas, procurando-se identificar as FD(s) que estão em jogo no texto que acompanha a proposta dissertativa do vestibular. Há uma FD dominante, da educação não-permissiva e uma outra não-dominante, a FD permissiva. Em razão das posições-sujeito oriundas de tais FD(s) analisam-se, num segundo momento do presente estudo, os processos de nominalização anafórica.

A partir das considerações sobre a ironia, analisa-se a seqüência discursiva abaixo, procurando investigar o funcionamento do discurso pedagógico, identificando quais são as FD(s) que determinam o sentido do texto que propõe a redação dissertativa. Observa-se, que na seqüência discursiva de referência (SDR01): "Indignação, repulsa, choque [...]. Mas por que tudo isso? Por que tanta revolta com os cinco jovens de classe média que queimaram vivo um ser humano? Afinal foi apenas uma brincadeira, 'coisa da juventude'!", as perguntas "Mas por que tudo isso? Por que tanta revolta com os cinco jovens de classe média que queimaram vivo um ser humano?" podem ser interpretadas em função de dois diferentes tipos de leituras: uma leitura "literal"¹⁵ que se opõe a uma outra, crítica .

Verifica-se, através da análise de diferentes etapas , quais são as FD(s) em questão no discurso pedagógico, procurando interpretar essas leituras que se constituem em razão da ironia. Atendo-se inicialmente, às perguntas "Mas por que tudo isso? Por que tanta revolta com os cinco jovens de classe média que queimaram vivo um ser humano? " é possível interpretar da seguinte maneira e realizar uma leitura "literal", apresentando uma FD

¹⁵A noção de literalidade está relacionada à institucionalização dos sentidos.

diferente daquela que se instaura em razão do objeto discursivo em questão: o assassinato do índio Pataxó. Percebe-se, simultaneamente, dois funcionamentos discursivos.

No caso de uma leitura “literal”, aqui compreendida como efeito de um discurso, haveria uma posição-sujeito, confirmando-se o saber de uma FD educação permissiva sem limites. As perguntas indicariam uma posição-sujeito que não se deixa afetar por esse acontecimento : o da queima de um índio. Há, por outro lado, outra interpretação cuja posição-sujeito apontará para saberes que se contrapõem a essa FD, porque também é possível, a propósito dessas mesmas perguntas (por isso, “pseudo-ingênuas”), constatar outros sentidos, além daqueles que estariam restritos à solicitação de informações e que marcariam, por sua vez, outro tipo de funcionamento discursivo.

Como podem se constituir de um efeito de um discurso irônico, essas perguntas, ao mesmo tempo em que refletem o saber da FD permissiva, também, provocam um deslocamento em relação a esse mesmo saber, considerando-se o caráter de ambigüidade da ironia que se explica em razão da contradição interdiscursiva. Há, nessas perguntas, outra FD cuja posição-sujeito que se deixa afetar pelo acontecimento e reflete um outro saber, uma crítica à essa educação permissiva. Educação essa que justifica a prática criminosa dos cinco jovens de Brasília como algo que “foi apenas uma brincadeira”, “coisa da juventude”. Essas formulações são razões que procuram compreender a atitude dos cinco jovens de Brasília. Juntamente com as perguntas (pseudo-ingênuas) constituem-se em paráfrases da mesma FD permissiva.

Dessa mesma forma, também, foi possível identificar uma interpretação sobre o crime, distinta daquela que se constitui em função de uma “literalidade informativa” e, portanto, atribuir a tais formulações os efeitos do discurso irônico. Como se sabe, na ironia, estão em jogo dois tipos de funcionamento discursivo. É nesse sentido que Orlandi (1986) explica

a possibilidade de tratar a funcionalidade em relação ao caráter ambíguo (“destruição do sentido”) da linguagem quando se está diante de uma ironia.

Através de análise, constatou-se que essas formulações, ao instaurarem a dúvida, a incerteza, caracteriza uma posição-sujeito que aponta para uma FD não-permissiva. Há uma posição dominante, conforme se pode observar, também, através da negação da SDR02: “Ouvimos e estamos sempre dizendo: ‘os jovens de hoje não têm limites’. Mas não têm mesmo. Mas não têm por nossa culpa, nós pais não sabemos lidar com os nossos limites.” Constatam-se, aqui, duas posições-sujeito cujos saberes apontam duas diferentes FD(s). Na SDR03, por exemplo, “os jovens de hoje não têm limites [...]” nós pais não sabemos lidar com os nossos limites” é possível identificar as razões para que jovens se envolvam nesse tipo de crime, conseguindo manifestar uma posição-sujeito crítica em relação à educação permissiva.

Caso fossem possíveis as seguintes SDR04: “[...] os jovens têm limites. Têm mesmo. [...] nós pais sabemos lidar com os nossos limites. [...]”, tais formulações indicariam uma posição-sujeito que se opõe ao discurso da negação, demonstrando, ao ser favorável à FD permissiva, o mesmo saber de pessoas que não sendo afetadas pelo acontecimento do crime procuraram compreender os cinco jovens que assassinaram o índio ao dizerem: “foi apenas uma brincadeira”, “coisa da juventude”.

Isso ocorre haja vista que se constata sempre a relevância de uma mesma posição-sujeito; ou seja, aquela cujo objeto discursivo é o da FD não-permissiva, e, portanto, crítica em relação ao cinco jovens de Brasília. Por isso, se justifica também a análise da seguinte SD: “[...] ‘os jovens de hoje não têm limites’. Não têm mesmo. Mas não têm por nossa culpa, nós pais, que também não sabemos lidar com os nossos limites.”

Os saberes das duas FD(s) em questão evidenciam-se também, através do uso do operador contrajuntivo "mas", na SD06 abaixo. O uso desse elemento lingüístico contribui

para que se produzam os efeitos da ironia nessas formulações de perguntas e respostas, já que a posição-sujeito em questão, ao refutar determinado discurso, revelado através da *SD05* "Indignação, repulsa, choque" aponta sua crítica em relação ao acontecimento discursivo do crime, tendo em vista o caráter irônico de toda a *SDR05*. Na *SDR05* [...]. Mas por que tudo isso? Por que tanta revolta com os jovens de classe média que queimaram vivo um ser humano! Afinal foi apenas uma brincadeira, ‘coisa da juventude’”, é assim como na análise das perguntas e respostas, passível de duas interpretações para o crime, confirmando-se saberes de diferentes *FD(s)*.

Para entender uma posição-sujeito irônica é preciso considerar que há, além da *FD* não-permissiva, a *FD* permissiva. Atribuir, em razão da *FD* permissiva, um caráter informativo às perguntas e respostas e ao emprego do operador contrajuntivo “mas”, é procurar demarcar uma posição-sujeito não-crítica ao discurso de determinadas pessoas que defenderam os jovens na época do crime. Tendo em vista o caráter negativo desse operador, é possível, então, contradizer esses sentimentos de indignação, repulsa e choque das pessoas diante do crime e considerar, portanto, uma posição-sujeito sobre a qual vai se identificar a ironia.

O acontecimento que envolveu os cinco jovens de classe média que queimaram vivo o índio Pataxó, de acordo com a *FD01* deve ser considerada uma ação indigna e justificam-se, pois, os sentimentos de indignação e repulsa das pessoas em geral. Há, aí, uma posição-sujeito que se constitui em função do saber de uma *FD* não-permissiva em defesa de uma educação para a ética. O emprego do “mas” vai se contrapor a essa posição à medida que apresenta outra posição-sujeito: “[...] Mas por que tudo isso?” E, aí, a *FD* permissiva que se justificaria, a partir da seguinte paráfrase, o fato, por exemplo, numa formulação como: “O fato envolvendo os cinco jovens de classe média que queimaram vivo um ser humano não deve ser considerada uma ação indigna, uma vez que foi “apenas uma

brincadeira”, “coisa da juventude”. Não se justificam, portanto, os sentimentos de indignação e repulsa das pessoas em geral.

Verifica-se, através do uso desse operador, dois tipos de funcionamento discursivo cujos saberes antagonizam-se de maneira similar, que ocorre nas perguntas e nas respectivas respostas que se apresentam ironicamente.

- a) FD não-permissiva: FD01: posição ideológica de crítica aos jovens de Brasília que cometeram um crime contra o índio Pataxó. É a dominante, a que determina a unidade do texto, mostrando sua submissão à FD da educação permissiva.
- b) FD permissiva: FD02: posição ideológica de não-crítica aos jovens de Brasília que cometeram um crime contra o índio Pataxó. É a posição não-dominante, conforme se constatará na análise a seguir.

6.2 Análise dos processos por nominalização anafórica

O corpus discursivo do presente estudo constitui-se de nove seqüências discursivas de referências (SDR) sobre as quais se desenvolverá a análise dos processos por nominalização anafórica, procurando observar a que saberes essas pistas lingüísticas remetem: à FD1, da educação não-permissiva ou da FD2 da educação permissiva. Conforme se pode comprovar, a partir da análise da SDR irônica, há crítica da instituição universitária à educação liberal, determinando a dominância da FD1 sobre FD2. Pretende-se saber se a dominância de um saber sobre o outro se confirma no emprego das expressões anafóricas a serem analisadas a seguir.

SDR 1

“Como isso é possível? Onde vamos parar? Essas e muitas outras perguntas, ficam no ar, cada vez que nos deparamos com acontecimentos como a queima de um índio Pataxó vivo por adolescentes. A maioria das pessoas colocam a culpa na “sociedade”, por ser

muito mais cômodo fazer isso, mas esquecem que elas são a própria sociedade, e que **erros como esses** acontecem por permissão dessas mesmas pessoas. [...] Penso que só nos envolvendo mais, nos acontecimentos em nosso país, conseguiremos fazer com que **barbaridades como essas** sejam banidas de nossa rotina, de nosso dia a dia e de nossa sociedade" (AAB¹⁷).

As posições-sujeito, manifestadas através do uso dos anafóricos nominais em destaque, pertencem à FD1, não-permissiva, que é a posição ideológica sobredeterminante do discurso institucional universitário. Nessa SDR1, as nominalizações anafóricas -“erros como esses” e “barbaridades como essas” - a respeito da passagem “acontecimentos como a queima de um índio Pataxó vivo por adolescentes” provocam um efeito de sentido similar, porque ambas poderiam ser substituídas, por exemplo, pela expressão “crimes como esses”, relacionando-se, assim, aos saberes da FD não-permissiva.

Pode-se dizer que essas expressões anafóricas formam com “crimes como esses” uma família parafrástica, oposta a outra possível que se constituiria a partir de processos por nominalização, cujas formulações fossem, por exemplo “brincadeiras como essas”, ou ainda, “coisas da juventude”, o que colocaria em jogo o saber de outra formação discursiva, a FD2. A posição-sujeito, depreendida do uso desses anafóricos, garante o funcionamento do discurso institucional. Manifesta-se uma posição-sujeito de crítica aos jovens, reproduzindo a interpretação do assassinato do índio Pataxó apresentada no texto da proposta.

O uso de expressões como “coisas da juventude” poderia “desfazer os efeitos de uma ilusão de que o que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira” (ORLANDI, 1999, p. 65), mas não é o que ocorre. Apesar de outras possibilidades para o dizer que estão sempre virtualmente presentes, pois quando há outras FD(s) na constituição do interdiscurso, a força do discurso institucional é preponderante. Os anafóricos empregados pelo aluno revelam uma posição-sujeito cujo saber remete à FD1, mantendo, portanto, uma posição-sujeito de aliança com o discurso institucional.

¹⁷As letras entre parênteses são as iniciais do nome/sobrenome do candidato, autor da redação.

SDR02

"Para a juventude de hoje, liberdade é tudo. Mas acabam confundindo liberdade com a falta de limites das suas ações. Ter liberdade não é sair por aí fazendo coisas erradas, causando violência e prejudicando outras pessoas.

Temos um belo exemplo, o trote na faculdade de São Paulo que começou com brincadeiras e acabou com a morte de um dos calouros que estava na festa se divertindo e brincando.

Um caso que até agora ninguém sabe se foi apenas um acidente ou consequência de uma brincadeira inocente" (LTJ).

Na SDR2, é possível identificar, através do processo de nominalização anafórica em destaque, uma posição-sujeito cujos efeitos parecem não confirmar o saber institucional. O processo anafórico "consequência de uma brincadeira inocente" está relacionado à passagem do "trote na Faculdade de São Paulo que começou com brincadeiras e acabou com a morte de um dos calouros", identificando-se determinada interpretação que não se aproxima daquela referente à FD1. É interessante notar que não foi usada a palavra "assassinato": "Um caso que até agora ninguém sabe se foi apenas um acidente (assassinato?) ou consequência de uma brincadeira inocente."

Ao filiar-se à FD2, essa posição-sujeito, através de tal anafórico, deixa de produzir o efeito de indignação, presente no processo irônico do texto motivador, afastando-se do discurso institucional. Não se observa, portanto, nessa SDR, o efeito de repetição do saber da SDR1. No caso da nominalização anafórica, "consequência de uma brincadeira inocente", constata-se uma relação de confronto com a FD1. Considera-se, então, que a interpretação realizada através desse anafórico sobre o acontecimento do crime, envolvendo o calouro universitário, "trote que [...] acabou com a morte de um calouro", reflete outro efeito discursivo, decorrente de uma posição-sujeito de não-crítica aos jovens responsáveis pela morte do estudante, num funcionamento semelhante ao que aconteceu com pessoas que não se sentiram afetadas pelo crime contra o índio Pataxó e que empregaram enunciados como " tudo foi apenas uma brincadeira", " é coisa da juventude. "

Os efeitos de tais enunciados são fundamentais para se considerar o tipo de relação que o anafórico “conseqüência de uma brincadeira inocente” estabelece a respeito do fato ocorrido na universidade: por que uma “brincadeira inocente” e não “uma brincadeira perigosa”, ou ainda, “uma brincadeira inconseqüente”? Dizer “uma brincadeira perigosa” confirmaria uma aliança com a posição-sujeito crítica em relação à ação criminosa dos jovens. Haveria, dessa maneira, o efeito da repetição de determinado discurso, da mesma forma como ocorre nos processos anafóricos “erros esses” e “barbaridades essas”, observados em SDR1.

Ao contrário disso, o que se vê, a partir do processo de dessintagmatização desse anafórico, “conseqüência de uma brincadeira inocente”, é uma posição-sujeito cujo saber aponta para a FD da educação liberal permissiva, determinando uma interpretação diferente daquela investida na posição-sujeito crítica, presente no discurso institucional. O que se observa, a partir dessas duas possibilidades, “brincadeira perigosa” e “brincadeira inocente”, portanto, são duas interpretações diferentes. Uma ligada à FD1, outra ligada à FD2.

A nominalização anafórica “conseqüência de uma brincadeira inocente” apresenta uma determinada posição-sujeito que se identifica com um saber que mantém com a ideologia dominante uma relação de confronto. Entre o que é dito e o não dito procurou-se comprovar os efeitos de uma memória que aponta para duas diferentes FDs antagônicas.

SDR3

“Atualmente, cada vez mais os jovens nos surpreendem com atitudes que espantam a sociedade, como os cinco jovens que queimaram um ser humano. Será que eles têm culpa? Ou essa brincadeira é uma conseqüência. [...] uma educação boa é quando os pais abrem os olhos do filho para o mundo de hoje, ensinando, alertando, mostrando o que é certo e errado. Não esconder dele os perigos as más influências de hoje. Conclui-se que uma educação certa sempre ajuda a mostrar um bom caminho para os jovens “ (APR).

Na SDR3, o uso de um anafórico nominal como “essa brincadeira” para “os cinco jovens que queimaram um ser humano” parece revelar, a princípio, uma posição-sujeito que

confirmaria o saber da FD2. Afinal de contas, por que o enunciador não empregou “esse crime”? Ou, ainda, “esse assassinato”? Além disso, retoma a expressão empregada no texto da proposta, cujo tom é irônico e, assim sendo, coloca em confronto duas posições-sujeito.

A repetição nessa SDR da expressão “essa brincadeira”, presente no texto da proposta, poderia estar investida de determinado tipo de interpretação que confirmaria um saber que justifica o comportamento dos jovens em relação ao crime contra o índio. O estatuto da expressão, aqui, seria outro, à medida que sua utilização não é irônica. No entanto, é bom que se diga que os enunciados irônicos do texto da proposta, de alguma forma, resgatam um tipo de saber da memória que pode determinar um efeito de sentido diferente daquele previsto pela ironia. Será que o que se verifica aqui é um movimento inverso? O anafórico, neste caso, determinaria um efeito de sentido baseado apenas em uma posição-sujeito e não em duas, como é o caso da ironia. Assim sendo, o anafórico “essa brincadeira” denotaria uma, e apenas uma posição-sujeito favorável aos jovens.

No entanto, um outro processo de anaforização presente no mesmo fragmento apresenta uma posição-sujeito francamente direcionada à FD2 não-permissiva. A retomada “uma educação certa” é sinônimo de “educação boa”. Isso porque o referente de uma educação certa é “uma educação boa é quando os pais abrem os olhos dos filhos para o mundo ensinando, alertando, mostrando o que é certo e errado.” A posição-sujeito aqui expressa reflete o saber da FD1 e não da FD2, sendo, portanto, não favorável ao ato criminoso dos jovens de Brasília. Portanto, a possível ambigüidade presente na retomada anafórica anterior é desfeita.

Ao dessintagmatizar-se o anafórico “uma educação certa” é possível perceber uma memória presente, sinalizando o caráter contraditório do interdiscurso. Se há uma educação certa, há também uma educação errada. O que seria uma educação errada? Seria aquela em

que os pais não mostram o que é certo e errado. Mas que tipo de saber indica o enunciado “mostrar o que é certo e errado”? A resposta mais provável o relacionaria à educação não-permissiva, pois que, determinando-se limites aos filhos, se lhes ensina o que é certo e errado. É o mesmo saber que manifesta a posição sujeito da SDR do texto da proposta: “Ouvimos e estamos sempre dizendo: ‘os jovens não têm limites’. Não têm mesmo. Mas não têm por nossa culpa, nós pais, não sabemos lidar com os nossos limites.”

SDR04

"[...] Um bom exemplo dos jovens da atualidade, são aqueles que atearam fogo a um mendigo em Brasília. Todos eles são rapazes de classe média, estudaram em boas escolas [...] É por que cometeram um ato tão desumano? Por não terem limites e por estarem acostumados a terem todas as vontades satisfeitas" [...] (RMB).

Na SD4, através do processo de nominalização anafórica “um ato desumano”, é possível perceber uma posição-sujeito cujo saber confirma o domínio da FD não-permissiva. Ao retomar, através desse anafórico, o referente “atearam fogo a um mendigo em Brasília” investem-se uma mesma interpretação sobre a qual se baseia o texto da proposta. O ato, cometido pelos jovens de Brasília, foi referido como “um ato tão desumano”. O uso do intensificador possibilita as seguintes paráfrases: “ato verdadeiramente não humano”, “um ato muito cruel”, “um ato muito bárbaro”. Tais paráfrases condenam os jovens pelo crime cometido contra o índio Pataxó. Todas essas outras possibilidades de anáforas nominais indicam, portanto, mesma interpretação para o acontecimento discursivo do assassinato do índio Pataxó, certamente contrária àquela que diz respeito ao alvo da ironia, no texto da proposta, e que manifesta uma posição-sujeito não-crítica à FD permissiva. Isso acarretaria possibilidades de processos nominais anafóricos como um “ato não tão desumano”, “não tão cruel”, pois, “foi apenas uma brincadeira”, “coisa da juventude”.

Constata-se, mais uma vez, a partir do processo anafórico “um ato tão desumano” uma posição-sujeito que reflete o saber da educação não permissiva, uma aliança, portanto, com o discurso institucional. Enquadra-se, portanto, dentro da mesma FD, numa relação parafrástica com a instituição universitária.

SDR05

“Muitas vezes a influência dos amigos acaba levando o adolescente a praticar atos de vandalismo, como colocar fogo no mendigo deitado na rua, e na hora achar uma tremenda graça, e depois se arrepender profundamente do que fez. O arrependimento vem sempre atrasado.

Além disso, acabamos vendo eles entrarem nas drogas, não por lhes faltarem alguma coisa em casa, mas por tentarem apagar os problemas que os rodeiam. Esse caminho é o mais errado, mas conseqüentemente o mais procurado nos dias de hoje. [...] Assim a educação liberal é uma escala de valores onde os jovens não se limitam. O respeito humano da garotada deve vir primeiro de dentro de casa e ser aprimorada nas escolas. Esperamos que no futuro isso seja feito” (CCO).

Na SRD5, destaca-se inicialmente primeiramente a relação anafórica que se estabelece entre “atos de vandalismo” e “colocar fogo no mendigo deitado na rua”. Numa visão estritamente lingüística, constatar-se-ia um processo hiperonímico, geral, portanto, em que há uma predicação, por parte do sujeito, de um ato particular: “colocar fogo no mendigo deitado na rua”. No entanto, a antecipação da predicação frente ao ato exposto posteriormente remete diretamente para uma posição-sujeito em compatibilidade com o texto institucional e de repúdio ao fato.

Essa posição de crítica ao ato praticado pelos jovens também ocorre através de outro processo anafórico que se dá entre “[...] acabamos vendo eles entrarem nas drogas [...]” e “esse caminho é o mais errado”. Embora nos dois casos haja uma predicação em relação ao acontecimento – “atos de vandalismo” e “[caminho] mais errado” -, o processo lingüístico mostra-se diferenciado: o termo genérico não precede o particular; ao contrário vem depois. Isso causa um efeito de sentido um pouco diferente. Parece que essa nova maneira de dizer propicia uma atenuação em relação à responsabilidade dos envolvidos. Eles têm problemas (que não são materiais; são, portanto, mais sérios) e buscam caminhos para resolvê-los,

sendo as drogas um desses caminhos. Apesar de mais errado, é um dos caminhos. A posição-sujeito parece não romper com a FD1, mas, ao instaurar um terceiro elemento na relação de responsabilidade entre agente e fato – as drogas –, parece mitigar a indignação que o fato promove. Assim, a posposição da predicação retarda o efeito condenatório da ação realizada.

É importante destacar, ainda, o processo de anaforização que ocorre entre “jovens” e “garotada”. Esse tipo de retomada por re-lexicalização não deixa de manifestar uma interpretação que, de certa forma, desqualifica o crime praticado pelos jovens de Brasília. Isso porque, através dessa pista lingüística, manifesta-se uma posição-sujeito que não responsabiliza os jovens envolvidos, tendo em vista a idéia do senso comum que “garotos” não são adultos e, portanto, não têm maturidade e discernimento e, assim sendo, estão isentos de responsabilidade. O efeito de sentido não seria diferente, caso a retomada fosse através do mesmo item lexical numa relação de correferência estrita? Por que não “respeito humano dos jovens”? Ou “respeito humano da juventude”? Por que “da garotada”? Esta posição-sujeito não seria a mesma revelada nas formulações já referidas, como a que se segue: “foi apenas uma brincadeira”? Brincadeira costuma ser coisa de “garotada”! De crianças!”! Daí, pensar-se que o predomínio é de uma posição-sujeito que se identifica mais com a FD2.

SDR06

“Por que tanta revolta, tanta necessidade de violência por parte dos jovens? Quais são as causas? Esses questionamentos feitos pela sociedade com relação à juventude atual, o que acontece com este jovem que recebe alimentação e conforto e onde estão seus valores? Este tipo de violência é causada na sua maior parte pelos jovens de classe média que nascem e crescem sobre o olhar atento de pais e seguranças com seus muros de proteção [...]. Acostumados com a proteção a todos os seus atos pode fazer e acontecer no mundo, pois seu pai advogado ou o seu avô juiz o livrarão das responsabilidades. Enquanto permitirmos que a falta de respeito humano dos jovens de classe média seja tratada com diferencial em relação ao jovem de classe média baixa continuaremos enfrentando este tipo de violência. Temos que lutar agora mais do que nunca por direitos e deveres iguais para todas as classes só desta forma faremos os jovens assumirem os seus erros e conscientizarem-se de suas obrigações” (JBQ).

Aqui, ao contrário do que ocorreu na análise anterior, constata-se que a anaforização da palavra “jovem” dá-se num processo de correferência, pode-se dizer, quase que estrita, com o termo “juventude”, apesar das predicções a ela atribuídas: “juventude **atual**”, “jovens **de classe média**”, “jovens **de classe média baixa**”, “este jovem que recebe alimentação e conforto” e “jovens **de classe média que nascem e crescem sobre o olhar atento dos pais e seguranças com seus muros de proteção [...]**. Isso denota que a contradição, característica inerente a todo discurso, de alguma forma, é aqui apagada e, assim, a posição-sujeito é apresentada sem conflitos nem embates. Não há relativização do acontecimento em função da idade dos envolvidos ou das drogas, como ocorreu na análise anterior, mas a censura explícita e sem retoques aos jovens de classe média alta, num processo de generalização que também apaga as diferenças que possam existir entre esses jovens. Dessa forma, todo e qualquer jovem de classe média é superprotegido e irresponsável. Firma-se uma posição totalmente inequívoca de afinidade com a FD1, criticando a educação liberal.

SDR 07

"[...] os seres humanos vem criando limites, nos quais devemos observar a importância da liberdade de cada um. Tendo em vista que se nós ultrapassarmos nossos limites estaremos invadindo a liberdade do outro. Um grande exemplo desta liberdade desordenada foi o acontecimento citado no texto, no qual jovens atearam fogo em um ser humano. Como se isso fosse apenas um brincadeira de meninos. Será que para essas pessoas foi ensinado tudo o que fizermos vai gerar um consequência. Neste caso a morte de um indivíduo. Terá pensado o cidadão que quando deitasse em uma parada de ônibus estaria ele sujeito a brincadeira de pessoas sem escrúpulos e limitações" (UPS).

Na SDR07, destaca-se o processo por nominalização anafórica em “a brincadeira de pessoas sem qualquer escrúpulos”, cujo referente é “jovens que atearam fogo em um ser humano”. Ele indica uma posição-sujeito que confirma o saber da FD1. O enunciador, ao fazer uso desse anafórico nominal, investe em determinada interpretação sobre o crime, considerando-o o resultado da ação de jovens sem escrúpulos e limitações. Ou seja, pessoas que não têm respeito humano, cuja “brincadeira” determinou a morte do índio Pataxó,

revelando uma clara posição de repúdio ao fato e, conseqüentemente, uma relação de aliança com a FD1.

Na época, os jovens envolvidos consideraram o acontecimento “uma brincadeira de meninos”, justificando, assim, seu ato. No texto, há referência a esse saber: “atear fogo num ser humano como se fosse apenas uma brincadeira de meninos.”, mas o movimento de sentidos não anda na direção de defesa desse ato; ao contrário, repele-o.

Outro aspecto a ser referido diz respeito à relação que se estabelece entre “invadindo a liberdade do outro” e as retomadas anafóricas: “desta liberdade desordenada” e “acontecimento, no qual jovens atearam fogo em um ser humano”. Tais expressões situam-se no eixo parafrástico e apontam para uma posição-sujeito relacionada, também, à FD1. As predicções presentes - invasão e desordem – antecipam a referência ao acontecimento e o caracterizam como algo negativo e danoso, em uma posição claramente expressa de comunhão com o discurso institucional.

SDR08

"[...] Os jovens procuram espaço de poder e de afirmação na qual provocam barbaridades e temor dentro da própria sociedade. Os cinco jovens de classe média que queimaram vivo um ser humano são exemplos desta competição de auto-afirmação que a sociedade os impõe, na qual acabam pagando caro. [...]. A educação tem como base de toda conduta do ser humano, mas a própria sociedade tem como finalidade fiscalizar e orientar os jovens de modo que não ocorra tragédias como estas, sendo assim teremos valores para a juventude que servirão de exemplos para os futuros jovens" (ESM).

Na SDR8, destaca-se o processo de nominalização anafórico “tragédias como estas”, que se refere à passagem “os cinco jovens de classe média que queimaram vivo um ser humano”. É interessante notar que a expressão aqui utilizada tem a mesma estrutura sintática das expressões analisadas na SDR1 e aponta para a mesma posição-sujeito: “[...] erros como esses [...]” e “[...] barbaridade como essas”. Também aqui há uma posição-sujeito crítica em relação ao crime, remetendo, portanto, à FD1. O uso da expressão nominal “tragédias como

estas" opõe-se a “brincadeira de jovens” ou “coisas da juventude”, enunciados pertencentes à FD2.

Chama-se a atenção também para a manutenção do termo “jovens” no processo de retomada anafórica – “os jovens”, “os cinco jovens”, “a juventude”, além da elipse em “[...] acabam pagando caro.” - que funciona de forma análoga aos casos analisados na SDR6.

SDR9

"[...] Estamos muito ocupados com os nossos afazeres e com isso os jovens de hoje, que ontem cresceram sem limites, estão fazendo o que querem, sem saber se estão certos ou errados. Podemos julgar aqueles rapazes que queimaram o índio, ou aquele médico que colocou fogo em um calouro? Será que não temos um percentual de culpa também? Portanto, devemos acordar, nos conscientizar e estipular valores corretos, de amor ao próximo, para que mais tarde não venhamos a nos arrepender de quem sabe sofrer este tipo de problema em nossos próprios lares?"

Em primeiro lugar, destaca-se a relação entre “os jovens de hoje” e “aqueles rapazes que queimaram o índio”. Geralmente, o grupo nominal demonstrativo, como é o caso de “aqueles rapazes que queimaram o índio”, é visto como uma operação que permite ao interlocutor identificar o referente, ou melhor, possibilita-lhe encontrar o referente adequado, o objeto visado pelo locutor. Mas será que o demonstrativo tem somente valor anafórico ou dêitico? Acredita-se que não. No caso ora focalizado, o uso do demonstrativo e da relativa que acompanha a expressão não servem apenas para delimitar o objeto do discurso – o referente – mas também atuam no sentido de atribuir-lhe uma predicação e promover um distanciamento entre aquele que fala e o objeto sobre o qual ele fala. Assim, ao atribuir-lhes a predicação e o distanciamento, evidencia-se uma posição-sujeito que critica o ato praticado e, conseqüentemente, compartilha dos saberes da FD1.

Outro aspecto a ser enfocado nessa SDR diz respeito ao processo de nominalização anafórica em “este tipo de problema”. Da mesma forma que o caso anterior, tem-se a presença de um demonstrativo, introduzindo o grupo nominal “tipo de problema”, evidenciando o mesmo movimento de sentido e remetendo também para a FD1. De acordo

com o texto, o comportamento criminoso dos jovens reflete os valores de uma sociedade que, por não se considerar culpada, não se conscientiza, não estipula valores corretos, de amor ao próximo”. Mais uma vez, o processo anafórico por nominalização expressa uma posição-sujeito de crítica à FD2, pois o crime cometido contra o índio ou contra o calouro universitário é considerado um “problema” e não uma brincadeira, ou coisas da juventude.

CONCLUSÃO

Embora a dissertação, gênero textual no qual se inserem as seqüências discursivas de referência que constituíram o *corpus discursivo* deste estudo, pareça permitir maiores possibilidades de aparecimento de conflitos - que podem ou não caracterizar rupturas com saberes sedimentados socialmente - em função de sua natureza argumentativa, as análises relativas ao processo de anaforização aqui realizadas, de maneira geral, apontam para um movimento inverso.

Isso se deve provavelmente à situação e ao espaço institucional em que se produziram as redações dos alunos. Mas, apesar de esse movimento ser, via de regra, de ordem parafrástica, pode-se dizer que há indícios de posições-sujeito contraditórias que permitem reconhecer saberes diferentes dos institucionalizados, pelo menos, daqueles presentes no texto da proposta da dissertação do vestibular.

Para se chegar a essas constatações, referentes aos processos discursivos mobilizados a partir das nominalizações anafóricas, foi realizada, preliminarmente, a análise do texto proposto na prova do vestibular. Nessa análise, verificou-se a importância da ironia como fator fundamental de reconhecimento de posições-sujeito antagônicas que conduziram à identificação de formações discursivas distintas: a FD1, relativa a uma educação não-permissiva e a FD2, relativa a uma educação permissiva. A ironia possibilitou colocar em jogo essas duas formações discursivas. Há, através de seu emprego, uma crítica à FD2,

assinalando o domínio da FD1 sobre ela e, conseqüentemente, determinando a posição-sujeito preponderante da universidade.

Esse foi o universo de saberes que estabeleceu as condições de produção sobre as quais os alunos deveriam elaborar suas dissertações, posicionando-se a respeito do crime cometido contra o índio Pataxó.

Nesse universo, giraram as considerações e reflexões sobre o *corpus* discursivo – as seqüências discursivas recortadas das produções dos alunos vestibulandos – que constituíram o processo analítico aqui desenvolvido. Dessa forma, as posições-sujeito, manifestadas no uso dos anafóricos, foram remetidas ou à FD1 ou à FD2.

A dominância, como já foi dito anteriormente, é do saber da FD1; todavia, há processos anafóricos que apontam novas possibilidades de sentidos. Embora sejam em número reduzido – apenas dois casos -, mostram a possibilidade de rupturas frente à sobredeterminação da FD1. Portanto, mesmo que o poder coercitivo do discurso institucional seja maior, determinando mais densamente o movimento parafrástico, a polissemia também se faz presente.

Essa afirmação se tornou possível graças à identificação das relações entre os processos anafóricos analisados e as posições-sujeito neles investidas. No processo de retomada anafórica por nominalização, constatou-se que os termos envolvidos mantêm normalmente uma relação de continuidade de sentido, que pode apresentar conflitos entre posições-sujeito diferenciadas ou manter determinada posição-sujeito aparentemente evidente com o referente textual.

Essa continuidade de sentidos caminha em direção à crítica ao acontecimento do crime do índio Pataxó. Retomadas do tipo “erros como esse”, “barbaridades como essa” (SDR1), “um ato tão desumano” (SDR4) demonstram esse fato. Nesses casos, a posição-sujeito

mostra-se inequívoca em relação à ação criminosa dos jovens. Não há atenuação nem busca de causas que possam justificar essa ação. Já, na SDR5, embora a posição-sujeito também seja de crítica, a expressão anafórica “o [caminho] mais errado”, ao provocar o deslizamento do objeto do discurso – o referente passa a ser as drogas e não o crime – de alguma forma, apresenta uma justificativa para o ato praticado, abrandando o julgamento: os jovens têm problemas sérios que não são de ordem material; na impossibilidade de resolvê-los, por serem sujeitos de uma educação excessivamente permissiva, drogaram-se para aplacá-los. A culpa, assim, é dos pais, da sociedade e não diretamente dos jovens.

Um conflito maior se estabelece na SDR2, através da retomada “conseqüência de uma brincadeira inocente”. Descaracterizada a possibilidade de ser considerado um enunciado irônico, resta interpretá-la como uma só posição-sujeito, vinculada a FD2. De forma mais contundente, a predicação “inocente” atribuída à “brincadeira” aponta para uma adesão maior à educação permissiva, pois, como pode ser inocente uma brincadeira que provoca a morte?

Outro aspecto que se revelou importante no decorrer das análises de algumas seqüências discursivas foram as diferentes designações referentes aos sujeitos que praticaram o crime. Elas oscilam entre o uso de expressões fortemente marcadas pela crítica e repúdio à ação praticada, por exemplo, “pessoas sem escrúpulos e limitação” (SDR6), em uma clara adesão à FD1, e o uso de expressões que atenuam a responsabilidade dos envolvidos, por exemplo, “respeito humano da garotada” (SDR7), decorrente da FD2.

Tais formações discursivas, ligadas às posições-sujeito identificadas no *corpus*, materializaram-se discursivamente através das expressões anafóricas nominais, cuja identificação ocorreu através da análise do texto da proposta da dissertação que critica a

educação liberal permissiva. É isso que sustenta as produções dos alunos que a ela se referem indireta ou diretamente, como no caso do anafórico “educação certa” (SDR3).

Concluindo, pode-se dizer que se refletem, através dos processos anafóricos nominais aqui estudados, efeitos de uma memória discursiva que se constitui em função da contradição entre duas FDs antagônicas, havendo, no entanto, predominância da FD1, referente à educação não-permissiva. Essa mantém com o discurso institucional uma relação de aliança em contraposição com a FD2 que, apesar de estar sempre presente, constituindo o discurso pedagógico, é rejeitada. O movimento de sentido que se estabelece nesse discurso é então o parafrástico e não o polissêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, Denis. **O papel e o funcionamento da anáfora na dinâmica textual**. Paris: Droz, 1995. (O título original é "Role et fonctionnement de l'anaphore la dynamique textuelle").

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa** (rev. e ampl.. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. São Paulo: Unicamp, 1996.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Unicamp, 1996.

COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages** (62): 9-127, juin, 1981.

FERREIRA, Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. RS: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. Texto e Enunciação. In: **O texto em perspectiva**. Organon: UFRGS, 1995.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas, LESSA, Ana Cecília. **Figuras de linguagem**: teoria e prática. São Paulo: Atual, 1988.

INDURSKY, Freda. Da anáfora textual à anáfora discursiva. UFRGS. (mimeo).

KOCH, Ingedore G. Vilaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. (Re)Ler Michel Pêcheux hoje. (Trad. Eni Orlandi). São Paulo: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Destruição e construção do sentido**: um estudo da ironia. Série Estudos, Faculdades Integradas de Uberaba, n. 12, 1986.

_____. **Análise de discurso**: algumas observações. DELTA. v. 2, n.1, p. 105-126, 1986.

_____. **Análise de discurso, princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2000

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F& HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M & FUCHS, C. **A propósito da Análise Automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET, F & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

ANEXO 1

PROPOSTA DE REDAÇÃO

ANEXO 2

TEXTO DOS ALUNOS